



CONTRATO Nº 48000.003155/2007-17: DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA
ELABORAÇÃO DO PLANO DUODECENAL (2010 - 2030) DE GEOLOGIA,
MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL-SGM

BANCO MUNDIAL

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

PRODUTO 01

**A ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL; O SETOR MINERAL
BRASILEIRO E MUNDIAL E SUAS PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO A
LONGO PRAZO**

Relatório Técnico 01

**HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO MACROECONÔMICA
SETORIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA A LONGO PRAZO**

CONSULTOR

Gilberto Dias Calaes

PROJETO ESTAL

PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SETOR DE ENERGIA

JUNHO de 2009

RELATÓRIO TÉCNICO 01:

HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO MACROECONÔMICA SETORIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA A LONGO PRAZO

Apresentação

O presente documento integra o Produto 1 (“A Economia Brasileira e Mundial: Os Setores Mineral Brasileiro e Mundial e suas Perspectivas de Evolução a Longo Prazo”), da Macro-Atividade 4.1 (“Estudos sobre Economia e o Setor Mineral Brasileiro”) compreendida no conjunto de “**Estudos para a Elaboração do Plano Duodecenal (2010 – 2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**”, contratados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, através do Projeto ESTAL, com a J. Mendo Consultoria Ltda.

De acordo com o correspondente Termo de Referência, o relatório tem por objetivo “analisar a evolução histórica da economia brasileira a partir de 1970 e as perspectivas de evolução para cada quatro anos, com o seu desdobramento setorial e regional, considerando três cenários”.

Além da descrição estatística e da análise macroeconômica empreendida, o relatório busca apresentar e interpretar indicadores globais e setoriais da economia brasileira.

SUMÁRIO

1. Sumário Executivo	6
1.1. Análise Retrospectiva.....	6
1.2. Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970	7
1.3. Contexto Atual	10
1.4. Perspectivas para o Período 2010 – 2030.....	12
1.5. Conclusões Gerais.....	13
2. Recomendações	14
3. Introdução.....	14
4. Análise Retrospectiva.....	16
4.1. A Experiência Brasileira de Planejamento do Desenvolvimento.....	16
4.2. Estudo Referencial de Análise de Cenários da Economia Brasileira	17
5. Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970	21
5.1. Evolução e Comportamento de Indicadores Macro-Econômicos	21
5.2. Evolução e Comportamento de Macro-indicadores Sociais.....	31
5.2. Evolução e Comportamento de Macro-indicadores Sociais.....	32
6. Contexto Atual	35
6.1. Política Fiscal	36
6.2. Política Monetária	37
6.3. Estimulação do Desenvolvimento	38
7. Perspectivas para o Período 2010 – 2030.....	41
7.1. Tendências Percebidas	42
7.2. Visão de Cenários: Projeção de Indicadores Macroeconômicos Nacionais.....	44
8. Conclusões Gerais	49
9. Referências Bibliográficas.....	51

RELAÇÃO DE QUADROS

1. CICLOS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	18
2. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	19
3. EXEMPLO DE OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO HORIZONTAL - SIDERURGIA	19
4. PARTICIPAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	20
5. BALANÇA COMERCIAL	20
6. PIB, CONSUMO E INVESTIMENTO – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL	21
7. EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DO PIB BRASILEIRO (1970 – 2008)	23
8. PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO PIB (1996 –1999)	26
9. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PIB SEGUNDO REGIÕES (2002 – 2008)	26
10. COMPOSIÇÃO DO PIB SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA (1970 – 2008)	26
11. EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL (1970 – 2008)	28
12. EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS	30
13. EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DE INDICADORES FISCAIS E MONETÁRIOS	30
14. TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA (1970 – 2008)	32
15. INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO (1970 – 2008)	32
16. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES (1970-2008)	33
17. INDICADORES RELATIVOS A EMPREGO (1970 – 2008)	33
18. OUTROS INDICADORES SOCIAIS (1970 – 2008)	34
19. PROJEÇÕES DE INDICADORES ECONÔMICOS (2010 – 2030)	46
20. PROJEÇÕES DE INDICADORES SOCIAIS (2010 – 2030)	48

RELAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES

1. PIB E PIB PER CAPTA - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (2000 - 2008)	23
2. TAXA DE INVESTIMENTO - FBCF / PIB (%)	25
3. TAXA DE POUPANÇA - POUPANÇA / PIB (%)	25
4. TAXAS TRIMESTRAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (2008)	27
5. DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA / PIB	29
6. RESERVAS INTERNACIONAIS	30
7. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO / PIB	31
8. EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO	31
9. TAXAS DE JUROS	31
10. VOLATILIDADE DO CÂMBIO	31
11. COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL	33
12. OUTROS INDICADORES SOCIAIS	35
13. EVOLUÇÃO DO IDH (1991 – 2007)	35
14. PRODUÇÃO DE VEÍCULOS (JAN/ 08 - MAR/ 09)	36
15. PREÇOS DE COMMODITIES E TAXA DE CÂMBIO	38
16. TAXA TRIMESTRAL DE INVESTIMENTOS (FBCF/PIB)	38
17. PROJEÇÃO DO PIB SEGUNDO TRÊS CENÁRIOS	45
18. PROJEÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (2008 – 2050)	47
19. PROJEÇÃO DO PIB PER CAPTA SEGUNDO TRÊS CENÁRIOS	49

1. Sumário Executivo

O presente capítulo apresenta uma visão sintetizada do conteúdo geral do relatório e de suas principais conclusões.

1.1. Análise Retrospectiva

A Experiência Brasileira de Planejamento do Desenvolvimento

Desde a sua iniciação, há cerca de 40 anos, os conceitos e técnicas de planejamento do desenvolvimento, evoluem celeremente, no país. Porém, devido a instabilidades que caracterizam a evolução das últimas décadas, o país ainda não solucionou as questões relativas à concentração de renda e aos desequilíbrios estruturais, que persistem dificultando o seu desenvolvimento.

Entre 1980 e 1993, o país enfrentou intenso processo de inflação, associado a profundos desequilíbrios fiscais e de balanço de pagamentos, conduzindo à adoção de diferentes iniciativas de equacionamento, alternando posturas ortodoxo-monetaristas com premissas heterodoxo-estruturalistas. Em conseqüência, a sociedade brasileira amadureceu percepções e estabeleceu entendimentos que viabilizaram a estabilização da economia, com o necessário controle da inflação e conseqüente e progressivo processo de recuperação de confiança entre os agentes econômicos e de reconstrução do clima de investimentos indispensável à retomada do desenvolvimento.

Estudo Referencial de Análise de Cenários da Economia Brasileira

O BNDES divulgou, em 1984, um estudo apresentando dois caminhos alternativos para a economia brasileira: “retomada” ou “estagnação”. Ao final da mesma década, submeteu ao debate uma outra visão prospectiva com dois cenários: “Integração Competitiva” ou “Fechamento”. O estudo do BNDES analisava, inicialmente, os ciclos de expansão da economia brasileira a partir da segunda guerra:

- No primeiro destes ciclos, a economia brasileira cresceu à taxa média de 7,1% a.a., de 1948 a 1961, seguido de um período de baixa expansão, de 1961 a 1967.
- O segundo ciclo perdurou de 1967 a 1980, com taxas médias de crescimento de 9% a.a., e foi seguido por um período de recessão na primeira metade dos anos 80.
- A partir de 1984, na visão então estabelecida pelo BNDES, o Brasil estaria iniciando um novo ciclo de crescimento, que poderia se estender à virada do século, com a sustentação de uma taxa média de 7% a.a..

O cenário de “Integração Competitiva” presumia um razoável grau de estabilidade na economia internacional, associado a uma queda gradual do déficit americano. Admitia, para os países desenvolvidos, um crescimento à taxa média de 2,5% a.a., a expansão do comércio à razão de 4% a.a., inflação de 4% a.a. e LIBOR de 7% a.a., o que correspondia a uma taxa real de juros de 3% a.a..

No plano interno, presumia-se a viabilização de um quadro político capaz de sustentar uma nova fase de crescimento. Admitia-se que a nova Constituição, fundamentada em clima de ampla negociação, bem como o processo sucessório então em curso, forneceriam as bases de um entendimento social duradouro.

O estudo do BNDES assinalava também o encerramento do ciclo de substituição de importações, durante o qual, a geração de superávits comerciais servia-se de políticas protecionistas, adotadas pelo Brasil, e não em uma mais ampla e sólida integração competitiva. O Estado, como promotor do desenvolvimento, respondeu ainda por investimentos em setores estratégicos, de capital intensivo e de longo prazo de retorno, tal como ocorrido em outras nações

de industrialização retardada. Como resultado, a indústria brasileira já atingia, em meados dos anos 80, um alto grau de desenvolvimento que a habilitava a uma mais intensa competição internacional.

O cenário de “integração competitiva” admitia também que o Brasil continuaria ascendendo a participação de suas exportações, sobre o total mundial, dos 1,2% verificados em 1985, para 1,9%, em 2000. Por outro lado, com a estimativa de crescimento do PIB a 7% a.a., importando 7% e exportando 9% do PIB, o cenário previa atingir, no ano 2000, uma geração de superávit comercial equivalente a 2% do PIB.

O estudo do BNDES assinalou que, entre 1970 e 1980, os investimentos na economia situaram-se em torno de 22% do PIB. Em inícios dos anos 80, tal relação caiu para 16%, retornando a 20,5% em 1986. Devido à constatação de que uma série de setores (ex: siderurgia) encontravam-se pré-investidos, acreditava-se que, no período 1988 a 2000, seria possível expandir a economia a 7% a.a., com investimentos equivalentes a 21% do PIB. Para assegurar a realização de investimentos em tal patamar, destacava-se o problema do financiamento do setor público, cujo equacionamento deveria exigir:

- recuperação e realocação da arrecadação tributária; proteção de efeitos inflacionários;
- adequada política de preços e tarifas de bens e serviços ofertados pelo Estado e suas empresas;
- transferência para o setor privado de certas atividades então sob controle do Estado;
- contenção de gastos de custeio do setor público, via racionalização de suas instituições;
- alteração do perfil de amortização da dívida externa;
- aumento de confiabilidade dos títulos públicos;
- redução de subsídios e incentivos fiscais.

Previa-se também que, com a progressiva estabilização política – estimulada pela Constituição de 1988 e pelas eleições de 1989 – deveria se intensificar a propensão de investimentos, por parte do setor privado nacional e estrangeiro.

Por fim, o cenário de “integração competitiva”, delineava uma ambiência não apenas desejável, mas absolutamente necessária, pois, àquela época, a elasticidade emprego / produto era de 0,6, fazendo-se necessário assegurar o crescimento do PIB a 6% a.a., sem o que se tornaria impossível absorver o contingente populacional que afluía ao mercado de trabalho.

1.2. Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970

Encontram-se aqui sumarizados os principais macro-indicadores econômicos e sociais que caracterizam a evolução e o comportamento da economia brasileira, no período 1970 a 2008.

Evolução e Comportamento de Indicadores Macro-Econômicos

Da análise dos indicadores macro-econômicos relativos a PIB, Balança comercial e de pagamentos, além de Política fiscal e monetária, cabe destacar:

Produto Interno Bruto – PIB: Na década de 70, o PIB brasileiro cresceu 129% em termos reais (8,6% a.a.), ocasionando uma expansão de 80% na renda per capita (6,0% a.a.). Já na década de 80, o crescimento de 17% no PIB (1,6% a.a.) não foi suficiente para compensar o crescimento da população no período (23%), ocorrendo, uma queda de 5,4% na renda per capita real. Na década de 90 - iniciada com queda de 3,8% no PIB, entre 1989 e 1992, e subsequente expansão à taxa média de 2,8% a.a. - o país retoma uma modesta trajetória de crescimento. Na década atual, verifica-se um crescimento real do PIB, à taxa de 32% (3,6% a.a.) e do PIB per capita a 2,3% a.a..

Evolução do PIB no Período 1970 a 2008: No período 1970 a 2008 como um todo, o PIB apresenta crescimento real à taxa média de 4,1% a.a., alcançando, o valor de R\$ 2.890 trilhões,

em 2008 (equivalente a R\$ 15.240 ou a US\$ 6.590 per capita). Cabe mencionar algumas características de natureza conjuntural e estrutural que diferenciam a evolução do PIB brasileiro, entre os sub-períodos analisados a seguir:

- **1970 a 1980:** evolução se processa em ritmo acelerado, refletindo as políticas de expansão de exportações e de substituição de importações, a intensificação do comércio internacional em fins dos anos 60 e início dos 70 e o clima de excesso de liquidez na economia mundial que facilitava a expansão das exportações brasileiras.
- **1980 a 1990:** Em ambiência de desaceleração, pós-choque do petróleo de fins dos anos 70 e sob efeitos de alta das taxas de juros internacionais e agravamento do déficit de balanço de pagamentos, o país empreende severos ajustes, adotando uma política recessiva que contrai o ritmo de expansão do PIB, reduz os investimentos públicos e agrava as questões sociais. Na "década perdida", o país convive com "estagflação" e instabilidade econômica - acompanhadas de reconstrução democrática, restabelecimento do poder civil e promulgação da Constituição de 1988. A moratória do México, em 1982, dificultou ainda mais a gestão da dívida externa e balanço de pagamentos. Com o encerramento, em 1985, do ciclo de governos militares, inicia-se, em 1986, um árduo processo de tentativas de ajustes econômicos, com os planos "Cruzado" (1 e 2), "Bresser" e "Verão" (1 e 2)", todos impotentes para proceder aos expressivos ajustes requeridos pela economia brasileira.
- **1990 a 2000:** No início dos anos 90, o fracasso dos planos "Collor" 1 e 2 agrava a crise econômica e institucional. Com o impeachment do presidente e posse do vice, o país inicia, em 1992, uma fase de profundos desafios político-institucionais e de riscos sócio-econômicos, que começam a ser aplacados com o Plano Real, implementado a partir de 2003. O controle da inflação, finalmente conquistado, e a progressiva recuperação de confiança, geram as bases para a implementação de reformas que, apesar do lento processo de negociação, restauram, pouco a pouco, o clima de investimentos e estimulam a integração competitiva do país. Como resultado, a inflação recua para níveis inferiores a 25% a.a., de 1995 ao final da década. Apesar de efeitos adversos de importantes eventos externos – crise do México (1994), Asiática (1998) e da Rússia (1999) – verifica-se a progressiva recuperação de investimentos, acompanhada de modesta elevação na taxa de crescimento anual do PIB, além de recuperação de capacidade aquisitiva e de outras melhorias no contexto sócio-econômico do país.
- **2000 a 2008:** Em seqüência às reformas implementadas a partir de 1994 e passando a dispor de uma conjuntura internacional bem mais auspiciosa, o país, na presente década, continua avançando suas reformas institucionais e consolidando a estabilização de sua economia, com a geração de pré-requisitos para a implementação de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, que deverá enfatizar a melhoria de sua base social.

Comportamento Regional e Setorial do PIB

Comportamento Regional: No período 1970-1990, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste expandem suas participações no PIB, ao contrário das regiões Sudeste e Sul. Estas mudanças de participação relativa se manifestam mais acentuadas na região Norte, que expande sua participação em ritmo de 4,6% a.a., entre 1980 e 1985, passando a 4,9%, entre 1985 e 1990. Já na década de 90, observa-se uma recuperação de participação da região Sudeste.

Comportamento Setorial: Da análise do Valor Adicionado acumulado em 2008, em comparação com 2007, estudo do IBGE constata o seguinte comportamento setorial: Agropecuária (+5,8%), Serviços (+4,8%) e Indústria (+4,3%). Dentre os sub-setores da Indústria, destacam-se a Construção Civil (8,0%), a Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana

(4,5%) e a Extrativa Mineral (4,3%), devido principalmente a petróleo e gás (5,2%) e minério de ferro (1,9%). A Indústria da Transformação apresentou crescimento de 3,2%.

Balança Comercial e de Pagamentos

Balança Comercial: No período 1970 a 2008, as exportações brasileiras evoluíram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 198 bilhões (12% a.a.) e as importações, de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 173 bilhões (11,9% a.a.). Em consequência, o saldo de balança comercial evoluiu de US\$ 0,2 bilhões para US\$ 25 bilhões (13,5% a.a.). Conforme demonstrado pelos indicadores *corrente de comércio*, *relação exportações / PIB* e *abertura da economia*, o país vem realizando, a partir de 1995, um nítido esforço de intensificação do seu comércio externo, com o suporte de importantes reformas implementadas no período. Destacam-se os seguintes aspectos estruturais e conjunturais que diferenciam a evolução e o comportamento da balança comercial brasileira entre os períodos considerados:

Corrente de Comércio: O virtuoso desempenho recente da economia brasileira encontra-se em parte associado à evolução de sua corrente de comércio, que contempla não apenas a expansão de exportações e de saldos comerciais, que fortalecem o balanço de pagamentos e melhoram o perfil da dívida externa, como também o aumento de importações que subsidiam o controle da inflação e a atualização tecnológica e da posição competitiva do parque industrial brasileiro. No período 1994 a 2008 a corrente de comércio do país se expandiu à taxa média de 11,9% a.a..

Relação Exportações / PIB: No período 1970 a 2008, a relação exportações / PIB supera o patamar de 10% em períodos específicos e peculiares, podendo o desempenho de 2004 a 2008, ser atribuído à estabilização da economia, com abertura de mercados, integração competitiva e reordenamento das relações internacionais. Já a superação do patamar de 10% nos anos 1983 a 1985, 1988 e 2001 a 2003 encontra-se associada a aumentos conjunturais de saldos comerciais, em virtude de contração da demanda interna e não a processo estrutural virtuoso de maior inserção na economia internacional. Apesar da sensível expansão recente, as exportações brasileiras continuam equivalentes a somente 1,2% das exportações mundiais, revelando uma modesta posição, comparativamente, por exemplo, à Coreia do Sul (2,9%) ou à China (9,1%).

Abertura da Economia: O indicador *abertura da economia* supera o patamar de 20% nos anos de 1984 e de 1985, em movimento fugaz associado a processo de crise e de contração de mercados, e no período 2001 a 2008, quando evoluiu de 21% para 30%, como resultado de mudanças estruturais que fundamentam as atuais perspectivas de iniciação de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Balanco de Pagamentos

Dívida Externa: Em valores constantes de 2008, o crescimento da dívida externa se processa à taxa de 4,1% a.a., de 1971 a 2008, evidenciando-se mais acentuado no sub-período 1971 a 1980 (16,0% a.a.), decaindo para 1,9% e 2,9% a.a., nas duas décadas seguintes, para finalmente apresentar uma suave contração ao ritmo de 1,1% a.a., no período 2000 a 2008.

Dívida Externa / PIB: Partindo de 16,9%, em início dos anos 70, a relação dívida externa / PIB ascende continuamente até o patamar crítico de 53,8%, em 1984, reduzindo-se a seguir até alcançar 26,3%, em 1990. De 2003 a 2008 verifica-se a contração de 39% para 16%, com a recuperação da taxa de câmbio, subsidiada pela substancial entrada de recursos externos facilitada pela excessiva liquidez e exuberante fase de crescimento da economia mundial.

Reservas Internacionais: De 1970 a 1978, as reservas, em valores correntes, se expandem de US\$ 1,2 bilhões, para US\$ 12,0 bilhões, a partir de quando iniciam um período de queda até alcançar US\$ 4,0 bilhões, em 1983. Depois de atravessar diferentes ciclos de oscilações, de 2001 a 2008, as reservas internacionais brasileiras ascendem de US\$ 7 bilhões para US\$ 207 bilhões.

Política Fiscal e Monetária

Carga Tributária / PIB: A relação carga tributária/ PIB ascendeu a 24,4%, em 1980 e a 29,6%, em 1990, refletindo uma série de medidas tomadas ao longo daquele período, buscando solucionar o crescente déficit do orçamento público, sensivelmente impactado pelo serviço das dívidas interna e externa do país, além dos demais desequilíbrios relativos a gastos de custeio, além da concessão descontrolada de incentivos e subsídios. Em 2008, segundo o IBPT, a carga tributária situou-se em 36,6% do PIB.

Dívida pública / PIB: Partindo de 15%, em 1970, a relação dívida pública/ PIB ascende a 54%, em 1984, a partir de quando passou por diversas oscilações até atingir 36,6% em 2000 e 21,4%, em 2008. A expressiva redução obtida decorre principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual, além de proceder à integração da dívida pública da União, Estados e Municípios, fixou limites de endividamento para os mencionados segmentos do poder executivo.

Inflação: Ao longo do período 1970 a 2008, o Brasil se destacou pelas agruras de seu processo inflacionário, principalmente no período 1984 a 1993, e também pelo êxito do Programa de Estabilização, implementado a partir de 1994, o qual vem assegurando os fundamentos de reformas estruturais de longo prazo e de reconstrução do clima de investimentos na economia brasileira.

Evolução e Comportamento de Macro-indicadores Sociais

População: A partir da década de 1950, quando se expandia a 3% a.a., o crescimento da população brasileira vem ocorrendo a taxas continuamente declinantes. O ritmo de crescimento populacional tem se revelado mais acentuado nas regiões Norte e Centro-Oeste, comparativamente às demais regiões brasileiras onde a expansão populacional se manifesta a taxas decrescentes. Evidencia-se, portanto, uma importante reversão de fluxos migratórios, confirmando a ocorrência de um processo de *desconcentração regional*. A análise da expansão e distribuição da população permite também ressaltar um nítido processo de concentração urbana, conforme evidenciado pela comparação das taxas de crescimento da população total, com as de áreas urbanas e, mais especificamente, com as de capitais e regiões Metropolitanas. A combinação dos processos de *desconcentração regional* e de *concentração urbana* – ressaltada em estudos anteriores da *ConDet* - determina a ocorrência de um fenômeno de *desconcentração concentrada*, que deve ser considerado como elemento de base para a compreensão das tendências do mercado nacional de insumos e produtos de origem mineral, haja vista a existência de mais de 200 municípios com população superior a 100 mil habitantes, os quais vêm assumindo papel de destaque no mercado de bens minerais, sobretudo no que se refere às substâncias de mercados tipicamente locais, a exemplo dos agregados para a construção civil.

1.3. Contexto Atual

Desde a grande depressão dos anos 30, o país empreendeu ciclos de grande transformação, sendo hoje uma das principais economias do mundo, com 73 milhões de pessoas economicamente ativas em áreas urbanas, embora sujeito aos efeitos de um modelo cruel de expansão econômica que alargou a distância entre ricos e pobres. Por outro lado, embora dispondo de uma sólida matriz de produção, que incorpora tecnologias avançadas, o país ainda convive com sérios desequilíbrios inter-setoriais.

Política Fiscal: O país atualmente possui uma carga tributária de 37% do PIB e investe tão somente 2% do PIB, comparativamente a 24% e 4%, respectivamente, na década de 70. Mesmo assim, o precário superávit de 4,69% do PIB, obtido no primeiro trimestre de 2008, apresentou contração de 71%, para 1,35% do PIB, no primeiro trimestre de 2009. Visando contornar os efeitos da retração econômica que decorrem da presente crise internacional, o governo vem desonerando a carga fiscal dos setores automobilístico, eletrodoméstico (linha branca) e de

materiais de construção. Não obstante o custo de tal renúncia fiscal, a estimulação de setores vitais tem sortido resultados em termos de suavização de efeitos da crise internacional. Cumpre ressaltar que três quartos da flutuação do PIB são devidos à flutuação do setor industrial e três quartos da variação da produção industrial se deve à flutuação do setor automobilístico.

Política Monetária: Apesar de recentes reduções de sua taxa SELIC, o Brasil ainda possui uma das maiores taxas de juros do mundo. Evidenciam-se, entretanto, espaços para novas reduções aproveitando, inclusive, a janela de oportunidade introduzida pela crise de liquidez e de contração de mercados. Em razão das recentes reações da economia brasileira, diante à crise internacional - particularmente no que se refere aos fluxos cambiais mais positivos do que o esperado no mercado - os bancos revisaram, para baixo, suas estimativas para a taxa cambial. Segundo o economista José Márcio Camargo, “os países desenvolvidos estão vivendo um momento de redução de intensidade de queda, mas não uma recuperação”, enquanto, “aqui no Brasil, estamos num momento de estabilidade”, com desemprego crescente, salários decrescentes, além de aumento de inadimplência que dificulta o crédito ainda mais. Por sua vez, o economista Luiz Roberto Cunha, assinala que, com a arrecadação em queda, o país terá de se ajustar aos efeitos do relaxamento fiscal associado às eleições de 2009, assim como às tendências de altas de preços que decorrerão do fim da suspensão do IPI.

Estimulação do Desenvolvimento: Como resultado da atual crise internacional, encontra-se prejudicado o alcance das metas para 2010 - de expansão de investimentos em P&D e em produção, assim como de aumento da participação brasileira, no comércio mundial - previstas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Dentre as metas do PDP, a ampliação da taxa de investimento para 21% do PIB, em 2010, encontra-se praticamente afastada. Na realidade, com o aquecimento econômico de 2008, a referida taxa alcançou 20,4% ao fim do terceiro trimestre e 19,0%, naquele ano como um todo, decaindo nos primeiros meses de 2009. Por sua vez, a meta de expandir a participação das exportações brasileiras para 1,25% do comércio internacional foi alcançada devido à queda das exportações mundiais, enquanto a previsão de exportações em valor de US\$ 210 bilhões, em 2009, já se encontra revisada para US\$ 160 bilhões, ou seja, 20% inferior a 2008.

Da análise do atual contexto sócio-econômico do país, sobressaem algumas questões que se encontram em sensível mutação e que deverão condicionar as tendências de seu desenvolvimento:

Bônus populacional: Avaliações recentes de economistas, sociólogos, geógrafos e outros que analisam os efeitos combinados da queda das taxas de natalidade e de mortalidade, assim como do aumento da proporção de adultos em idade produtiva - apontam a ocorrência de um fenômeno simples e amplo: a transformação demográfica do país com importantes repercussões sócio-econômicas.

Atratividade de Investimentos: Apesar dos inexoráveis efeitos da atual crise internacional, o Brasil deverá seguir na sua atual trajetória virtuosa de melhoria de sua atratividade a investimentos, determinada, principalmente, pelo gradual amadurecimento da democracia, pela estabilização da economia e conseqüentes reformas que vêm sendo empreendidas ao longo dos últimos 15 anos.

A Questão Previdenciária: Segundo o economista Fábio Giambiagi, nas décadas de 70 e de 80, o número de pessoas aposentadas por tempo de contribuição (ATC) cresceu à taxa de 8% a.a.. A reforma previdenciária aprovada no final da década de 90, consistiu essencialmente, na adoção do fator previdenciário como meio de redução do fluxo de aposentadorias precoces. Se analisado o fluxo de novas aposentadorias concedidas na segunda metade dos anos 90, ver-se-á que 58% do total de aposentados possuía menos de 50 anos. Já na década atual, o número de ATCs passou a crescer a uma taxa de 3% a.a. Apesar desta significativa redução, verifica-se que o fluxo de ATCs volta a crescer (2,4%, em 2006, 4,0%, em 2007 e 4,4%, em 2008). Verifica-se também que

o Brasil continua sendo o país onde as pessoas que se aposentam por tempo de contribuição o fazem mais cedo, comparativamente ao resto do mundo.

1.4. Perspectivas para o Período 2010 – 2030

Tendências Percebidas

Panorama Internacional: Admite-se que o quadro mundial continue evoluindo para uma solução de equilíbrio tripolar, sem rupturas dos grandes entendimentos e com a preservação das principais instituições que conformam as atuais relações multilaterais. A reafirmação da Europa e da China como pólos de poder e a expansão do papel das economias emergentes, no contexto mundial, representam as principais matizes da presente análise prospectiva.

Com crescimento progressivo da participação de países emergentes nos fluxos internacionais de investimento, produção e consumo, o processo que já vinha se evidenciando ao longo das últimas duas décadas, de deslocamento de mercados, deverá ser intensificado.

Após a eclosão da atual crise, a nova geografia econômica mundial passará a destacar a dicotomia **países que consomem mais do que produzem** (importam muito e têm déficit nas contas externas) X **países que produzem mais do que consomem** (exportam muito e têm superávit nas contas externas).

Em sintonia com as tendências retro-assinaladas, admite-se, para o PIB mundial, um crescimento à taxa média de 2,5% a.a., sendo de 1,5% a.a., para as economias centrais e de 4,5% a.a., para os países emergentes. Por outro, para o comércio mundial, é admitido um crescimento à taxa média de 4% a.a., sendo 3% a.a., para as economias centrais e de 6% a.a., para os países emergentes.

Panorama Nacional: É admitido um cenário mais provável de retomada do desenvolvimento, fundamentado no progressivo amadurecimento da democracia e do processo político, no aprofundamento da estabilização da economia, e na complementação das reformas institucionais. O novo ciclo deverá ser marcado pela ênfase na integração e fortalecimento das cadeias produtivas, destacando, de um lado, as grandes vocações fisiográficas do país, sobretudo nas áreas de agronegócios, mineralnegócios e energia renovável e, de outro, as cadeias industriais e de serviços relacionadas aos setores aeroespacial, automobilístico, biotecnologia, eletro-eletrônico, metal-mecânico, naval, petroquímicos, dentre outros.

O mercado interno deverá continuar sendo estimulado por demandas intensificadas pela recuperação de capacidade aquisitiva, sendo esta determinada não apenas pelo aumento e redistribuição da renda, como também por mudanças de posicionamento e de percepções dos consumidores, no que se refere à maior confiança e melhor previsibilidade com relação ao futuro.

O ECIB - Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (Coutinho, 1994) – importante trabalho de larga repercussão na estimulação de políticas públicas – já propugnava pela ênfase na reativação e dinamização do mercado interno, o qual deveria ser considerado como alavanca para o fortalecimento da competitividade da indústria brasileira.

Ainda no cenário mais provável, prevê-se a melhoria gradual dos indicadores sociais, sobretudo no que se refere a educação, saneamento, habitação, saúde e distribuição de renda, assim como a intensificação dos investimentos em P&D e inovação.

Panorama Regional: Sintonizados com as tendências mundiais e impulsionados pelos estímulos de âmbito nacional, diferentes segmentos econômicos e sociais deverão continuar contando com

fortes estimulações de caráter regional. Tais estímulos deverão ser determinados, por um lado, pela desconcentração da população e da renda e pela consolidação de municípios de médio e grande porte situados fora das regiões metropolitanas e no interior do país. Por outro lado, tal processo de **desconcentração concentrada** será também impulsionado pelas melhorias admitidas nas infraestruturas de transporte, energia e de informações e comunicações.

Tais transformações tenderão a dinamizar os pólos de produção atuais e a gerar novos centros econômicos estruturados segundo novos conceitos no que se refere aos sistemas de organização da produção, assim como de geração e difusão de informação, conhecimento e aprendizado (ICA) e de inovação. A ênfase na incorporação de tecnologia e na agregação de valor ao produto, no domínio territorial em que seja produzido, são também princípios sintonizados com o processo de desenvolvimento regional sustentável.

Admite-se também que uma nova dinâmica de desenvolvimento regional deverá ser apoiada pelo aprimoramento de metodologias e competências relacionadas aos processos de planejamento do desenvolvimento urbano e regional, com ênfase em ordenamento do território e na gestão da sustentabilidade.

Visão de Cenários: Projeção de Indicadores Macroeconômicos Nacionais: A projeção da economia brasileira no horizonte 2010 a 2030 encontra-se apresentada segundo três cenários:

Cenário	Denominação	Caracterização
1	Frágil	Instabilidade e Retrocesso
2	Vigoroso	Estabilidade e Reformas
3	Inovador	Estabilidade, reformas e inovação

O **Cenário 1** considera uma possível reversão dos atuais condicionamentos sócio-políticos e a desestabilização do atual contexto fiscal e monetário. Conseqüentemente, o país deverá regredir no processo de estabilização de sua economia, concomitantemente a retrocessos no plano externo, com deterioração do atual contexto de integração competitiva à economia internacional. De acordo com as projeções realizadas, o Cenário 1 prevê o crescimento do PIB à taxa de 2,3% a.a., no período 2010 a 2030, sendo alcançada uma renda per capita de US\$ 11,9 mil, em 2030.

O **Cenário 2** pressupõe a manutenção e o aperfeiçoamento das atuais condições de estabilidade e de aprofundamento das reformas político-institucionais, especialmente nos campo da gestão pública (reforma administrativa), fiscal (reforma tributária), e da previdência social (reforma previdenciária), além das concessões de serviços de infra-estrutura (saneamento, energia, portos e transporte rodoviário, fluvial e marítimo). De acordo com as projeções realizadas, o Cenário 2 prevê o crescimento do PIB à taxa de 4,6% a.a., no período 2010 a 2030, sendo alcançada uma renda per capita de US\$ 18,9 mil, em 2030.

O **Cenário 3** admite um condicionamento ainda mais virtuoso, no qual – além do aperfeiçoamento da estabilização e do aprofundamento das reformas institucionais - o país empreende uma vigorosa mobilização nacional pela inovação, contando com uma ampla participação de instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e da sociedade como um todo. Admite-se que tal processo de mobilização seja focado em planos e programas direcionados para uma ampla geração e difusão de informação, conhecimento e aprendizado, como estímulo a projetos específicos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. De acordo com as projeções realizadas, o Cenário 3 prevê o crescimento do PIB à taxa de 6,9% a.a., no período 2010 a 2030, sendo alcançada uma renda per capita de US\$ 29,2 mil, em 2030.

1.5. Conclusões Gerais

O processo de desenvolvimento não ocorre de forma espontânea, mas através da ação indutora da sociedade. Detentoras geralmente de estruturas produtivas baseadas no suprimento de bens primários às regiões mais desenvolvidas, as economias subdesenvolvidas usualmente pouco se beneficiam dos efeitos de encadeamento do processo industrial, que acabam por ocorrer nas áreas mais dinâmicas que atraem e aglutinam os investimentos. Deve-se acrescentar que - devido ao perfil de distribuição de renda gerada em setores primários, assim como à tendência de concentração em estrito número de atividades - as regiões menos dinâmicas acusam elevada dependência externa, em termos de abastecimento de bens de consumo e de produção, resultando em pronunciados vazamentos dos fluxos de renda.

Tendo por referência as conclusões iniciais retro-assinaladas é possível entender que um novo ciclo de desenvolvimento que se delinea para o Brasil, dependerá da elevada capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas focadas na análise e seleção de prioridades regionais e setoriais. Dependerá também da conveniente concepção e implementação de estímulos de elevada capacidade de contribuição, aferidos em análises consistentes e aprofundadas de correspondentes benefícios e custos associados.

Visando estimular um novo ciclo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, faz-se necessário expandir vigorosamente a capacidade de investimentos do país, o que requer a redução dos gastos de custeio público e da carga tributária.

2. Recomendações

Para encaminhar as transformações que assegurem o desenvolvimento sustentado do país, faz-se necessário elencar os temas a serem submetidos a um amplo processo de entendimentos:

- Em primeiro lugar uma questão que já se afigura relativamente consensual: o atendimento das aspirações dos brasileiros requer, inexoravelmente, o aumento persistente e continuado do produto e da renda nacional.
- Em segundo lugar, é necessário consubstanciar o entendimento de que o desenvolvimento econômico em países de industrialização retardada, necessita da estrutura de indução do Estado, além da firme determinação da sociedade, de valorizar o trabalho produtivo, como forma de progresso, criação de empregos e melhoria de qualidade de vida.
- Sem que seja provido de uma estrutura administrativa austera e eficaz, o Estado não só deixa de gerar serviços de sua direta competência, como também hiper-regula e prejudica as decisões de investimentos. Faz-se, portanto, necessário reestruturar o estilo de administração e de convivência do Estado com a sociedade, visando não só a redução do déficit público, mas principalmente, o incremento de sua eficiência e equanimidade.
- É imperioso recompor a capacidade de investimento do Estado e imediatamente direcionar esforços nas áreas de saúde, educação, saneamento e habitação, de forma a atender às “mega-demandas” sociais acumuladas ao longo das últimas décadas.
- Ao esforço de aprimoramento educacional e cultural da nação, deve-se associar o do desenvolvimento tecnológico e da melhoria de produtividade privada e social, com ênfase em intensa difusão de informação, conhecimento e aprendizado, e na promoção de novas formas de organização da produção que estimulem a confiança, a cooperação, a integração e a sinergia entre os atores econômicos dos pólos produtivos e dos elos das cadeias de produção e comercialização.

3. Introdução

Com base em descrição estatística, análise macroeconômica, e interpretação dos indicadores globais e setoriais da economia brasileira, o presente relatório apresenta a análise da evolução histórica da economia brasileira a partir de 1970 e de suas perspectivas de evolução e de correspondentes desdobramentos setoriais e regionais.

Além de suas unidades iniciais (Sumário Executivo, Recomendações e Introdução), o corpo do relatório encontra-se estruturado com a seguinte abordagem:

- Análise Retrospectiva
- Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970
- Análise do Contexto Atual
- Perspectivas para o Período 2010 – 2030
- Conclusões Gerais

Buscando estabelecer a ambiência analítica do relatório, o Capítulo 4 (*Análise Retrospectiva*) contém uma apreciação sobre *A Experiência Brasileira de Planejamento do Desenvolvimento*, contemplando iniciativas consideradas decisivas para estimular a dinâmica da economia brasileira, a partir dos anos 40 do século passado. Contém também uma abordagem sumarizada sobre *Estudo Referencial de Análise de Cenários da Economia Brasileira*, realizado pelo BNDES, em meados da década de 80. Tal estudo exerceu sensível influência em diferentes ações de política pública, adotadas a partir de então.

No Capítulo 5 (*Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970*), é apresentada uma descrição e análise de **macro-índices econômicos** (produto, renda, investimentos, inflação, taxas de juros e de câmbio, balança comercial e de pagamentos, etc.) e **sociais** (população, renda per capita, emprego, escolaridade, IDH, GINI, etc.). Compreende também uma apreciação dos desdobramentos setoriais e regionais de alguns macro-índices selecionados.

O Capítulo 6 (*Contexto Atual*) busca formar o entendimento sobre a situação atual da economia brasileira, especificamente no que se refere às políticas presentemente adotadas de caráter *Fiscal* (orçamentos de custeio e de investimentos, superávit primário, etc.), *Monetária* (taxas de juros, câmbio, etc.) e de *Estimulação do Desenvolvimento*.

No Capítulo 7 (*Perspectivas para o Período 2010-2030*) encontram-se analisadas as *Tendências Percebidas* (nos planos nacional, regional e setorial) assim como delineada a *Visão de Cenários*, contendo a projeção de indicadores macroeconômicos (PIB, renda per capita, investimentos, inflação, taxa de juros, câmbio, saldo de balança comercial, relação dívida/ PIB, etc.).

Finalmente, o Capítulo 8 apresenta as *Conclusões Gerais*.

4. Análise Retrospectiva

Encontram-se a seguir apresentadas duas abordagens consideradas fundamentais para a boa compreensão da análise de evolução da economia brasileira a partir de 1970, objeto do capítulo seguinte.

Com pequenas atualizações, o item 4.1 transcreve a abordagem constante das páginas 11 e 12 da publicação Economia Mineral do Brasil (DNPM, 1995). Por sua vez, o item, 4.2, apresenta uma apreciação sumarizada (Calaes, 1988) do estudo de *Análise de Cenários da Economia Brasileira*, realizado pelo BNDES, em meados da década de 80, o qual constitui elemento de referência para os objetivos do presente relatório.

4.1. A Experiência Brasileira de Planejamento do Desenvolvimento

Desde a sua iniciação, há cerca de 40 anos, os conceitos e técnicas de planejamento do desenvolvimento, evoluem celeremente, no país, conforme evidenciado pela progressiva capacitação das instituições governamentais. Entretanto, em decorrência das instabilidades, que caracterizam a evolução das últimas décadas, tal processo sistemático ainda não solucionou as questões relativas à concentração de renda e aos desequilíbrios estruturais, que persistem ancorando o Brasil no âmbito dos países em desenvolvimento.

Retrospectiva histórica

Após diferentes tentativas circunstanciais – a exemplo da Missão Cooke (1924/43), do Relatório Simonsen (1944/45), da Missão Abrink (1948), do Plano Salte (saúde, alimentação, transporte, energia) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/53) - o Governo Juscelino Kubistschek empreendeu o denominado Plano Nacional de Metas (energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação), primeira experiência de planejamento abrangente e sistemático realizada no País, cujo sucesso decorre dos seguintes fatores:

- **acomodação**, pela alocação setorial de recursos públicos, de interesses no Congresso e no âmbito da sociedade (aspecto político)
- **estimulação** de investimentos privados, com os mecanismos de mercado, orientando-os para a industrialização, por meio da substituição de importações (aspecto econômico);
- **efetivação** baseada em organismos e competências preexistentes, no sistema público brasileiro (aspecto operacional).

O plano foi concebido a partir de uma visão geral da economia brasileira, com fundamento nos conceitos de ponto de estrangulamento, ponto de germinação e demanda derivada. Assegurou a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), à razão de 7% ao ano, durante sua vigência, permitindo ao Governo conjugar desenvolvimento econômico com democracia política.

Em 1963, sob coordenação do economista Celso Furtado, foi elaborado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, logo descontinuado com a intervenção militar (Revolução de 1964), que trouxe consigo o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964/66, com as prioridades de desenvolvimento, contenção da inflação, renda, emprego e comércio exterior.

O segundo Governo militar lançou o Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED), de 1968/70, objetivando o desenvolvimento econômico e social, por meio de: fortalecimento da empresa privada, estabilização dos preços, geração de empregos, fortalecimento do mercado interno e consolidação de infra-estruturas. Dentre outros instrumentos de ação, o PED se propunha a “incentivar o conhecimento dos recursos minerais do País.”

O documento “Metas e Bases para a Ação do Governo” (1970/71) lançava as seguintes prioridades setoriais: siderurgia, fertilizantes, álcalis, ácido sulfúrico e metais não ferrosos.

Os denominados planos nacionais de desenvolvimento – I PND (1972/74), II PND (1975/79) e III PND (1980/85) – permitiram aprimorar a cultura de planejamento do desenvolvimento, embora tenham sido responsáveis pela intensificação de desequilíbrios estruturais, agravamento da concentração de rendas e expansão do endividamento interno e externo do País.

Com o encerramento do período militar, em marco de 1985, iniciou-se uma fase de reconstituição democrática, passando pela Constituição de 1988 e por um conjunto de reformas estruturais, algumas das quais em fase de efetivação e a maioria ainda sujeita a negociações, que bem retratam os conflitos de distribuição de renda, disseminados na sociedade brasileira. Em decorrência de tais dificuldades, o período de 1985 a 1993 caracteriza-se pela ausência de planejamento sistemático do desenvolvimento e pela busca incessante de mecanismo de estabilização da economia, mediante os seguintes princípios:

- extinção do financiamento inflacionário do Governo, com base em um novo regime de disciplina orçamentária e monetária;
- estabilização de preços, salários, câmbio, por meio de uma política de rendas;
- utilização da taxa de câmbio e do comércio exterior, como instrumentos efetivos de política antiinflacionária.

Estabilização da Economia

As diferentes tentativas empreendidas de estabilização da economia, no período 1986/ 92, foram realizadas pelos seguintes planos descontinuados:

- Plano Cruzado I: 1986
- Plano Cruzado II: 1987
- Plano Bresser: 1988
- Plano Verão: 1989
- Plano Collor I: 1990
- Plano Collor II: 1991

Como resultado dessa seqüência de iniciativas, que alternam posturas ortodoxo-monetaristas com premissas heterodoxo-estruturalistas, a sociedade brasileira amadureceu percepções e acabou por concluir, através do Plano Real (1994), a negociação de entendimentos que viabilizaram a estabilização da economia, com o necessário controle da inflação, além dos conseqüentes e progressivos processos de recuperação de confiança entre os agentes econômicos e de reconstrução do clima de investimentos indispensável à retomada do desenvolvimento.

4.2. Estudo Referencial de Análise de Cenários da Economia Brasileira

O BNDES, em 1984, divulgou o seu primeiro estudo de cenário, onde considerava dois diferentes caminhos para a economia brasileira: “retomada” ou “estagnação”. Ao final daquela mesma década, o BNDES submeteu a amplo debate uma nova visão prospectiva para a economia brasileira, compreendida em dois cenários, que consideravam situações qualitativamente diferenciadas: “Integração Competitiva” ou “Fechamento”. O primeiro era considerado mais factível e o segundo se referia a uma opção que o país deveria tomar relutantemente, somente no caso de vir a se defrontar com condições internacionais adversas ao primeiro.

O cenário de “Integração Competitiva” considerava inicialmente o comportamento dos ciclos de expansão da economia brasileira a partir da segunda grande guerra:

- No primeiro destes ciclos, a economia brasileira cresceu à taxa média de 7,1% a.a., de 1948 a 1961, seguido de um período de baixa expansão, de 1961 a 1967.
- O segundo ciclo perdurou de 1967 a 1980, com taxas médias de crescimento de 9% a.a., e foi seguido por um período de recessão na primeira metade dos anos 80.
- A partir de 1984, na visão então estabelecida pelo BNDES, o Brasil estaria iniciando um novo ciclo de crescimento, que poderia se estender à virada do século, com a sustentação de uma taxa média de 7% a.a..

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

QUADRO 1

Período	Taxa de Crescimento do PIB (% a.a.)
1948 / 1961	7,1
1967 / 1980	9,0

Fonte: BNDES

Presumia-se, para este cenário, um razoável grau de estabilidade na economia internacional, associado a uma queda gradual do déficit americano. Admitia-se, desta forma, para os países desenvolvidos, um crescimento à taxa média de 2,5% a.a., a expansão do comércio à razão de 4% a.a., inflação de 4% a.a. e LIBOR de 7%, o que correspondia a uma taxa real de juros de 3% a.a.. A hipótese de crescimento acentuado das nações desenvolvidas encontrava-se calcada nos efeitos esperados dos desenvolvimentos tecnológicos então em curso, notadamente nas áreas de informática, biotecnologia, novos materiais, etc.

No plano interno, presumia-se a viabilização de um quadro político capaz de sustentar uma nova fase de crescimento. Admitia-se que a nova Constituição, fundamentada em clima de ampla negociação, bem como o processo sucessório então em curso, forneceriam as bases de um entendimento social duradouro. Tais fatos, associados ao conseqüente saneamento e fortalecimento das instituições, determinariam uma ação cooperativa entre poder público e sociedade civil para operar as reformas sociais, em caráter emergencial.

O estudo do BNDES assinalava também o encerramento do ciclo de substituição de importações, durante o qual, a geração de superávits comerciais esteve predominantemente apoiada em políticas protecionistas, adotadas pelo Brasil, e não em uma mais ampla diversificação dos mercados de exportação, que assegurasse uma sólida integração competitiva. O governo exercia um papel importante, no decorrer do referido ciclo, uma vez que não apenas estabelecia barreiras alfandegárias e controles administrativos para as importações, como também concedia incentivos fiscais e créditos subsidiados e de longo prazo, para estimular a produção em setores prioritários.

O Estado, como promotor do desenvolvimento, respondeu ainda por investimentos em setores estratégicos, de capital intensivo e de longo prazo de retorno, tal como ocorrido em outras nações de industrialização retardada. Como resultado, a indústria brasileira como um todo já atingia, em meados dos anos 80, um alto grau de desenvolvimento que a habilitava a uma mais intensa competição internacional. A participação das exportações de bens industrializados, sobre o total das exportações brasileiras se expandiu de 12%, em 1960, para 66%, em 1985.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
QUADRO 2

Discriminação	50	60	70	80	85
Participação de produtos industrializados no total das exportações	-	12	23	49	66
Participação da indústria no total do PIB	23	27	32	37	36

Fonte: BNDES

O estudo do BNDES estabelecia os seguintes pressupostos básicos, para o cenário de “integração competitiva”:

- situação internacional razoavelmente estável
- modernização político-institucional interna como pré-requisito para a estabilidade social

As taxas de crescimento então previstas para o Brasil se afiguravam superiores às esperadas para as nações desenvolvidas. Para a sustentação de tais estimativas, o estudo do BNDES considerava dois diferentes vetores de crescimento, sendo o vetor vertical comum às economias desenvolvidas e em desenvolvimento e associado a moderadas expansões de mercados – em economias de alta renda per capita e de espaços de comercialização praticamente saturados - sob efeito de quedas de preços e introdução de novos produtos, em decorrência de modernizações e desenvolvimentos tecnológicos.

EXEMPLO DE OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO
HORIZONTAL - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

QUADRO 3

Discriminação	1986	2000
• Produção brasileira (1.000 t)	21.400	58.500
• Consumo per capita do Brasil (ton)	0,11	0,26
• Consumo per capita dos EUA (ton)	0,45	-
• Consumo per capita do MCE (ton)	0,34	-

Fonte: BNDES

Ao vetor horizontal encontravam-se associadas as possibilidades de um mais intenso crescimento para o Brasil - país de industrialização retardada, com oportunidades de expansão, associadas a recursos naturais a serem aproveitados e mercados internos ainda por serem dinamizados, sob estímulos da desconcentração, redistribuição de renda e de uma base dinâmica de produção já existente.

O cenário de “integração competitiva” admitia também que o Brasil continuaria ascendendo a participação de suas exportações, sobre o total mundial, dos 1,2% verificados em 1985, para 1,9%, em 2000. Tratando-se de participação relativamente baixa e levando-se em conta a contínua modernização e melhoria de competitividade da indústria brasileira, tal previsão era considerada consistente. Por outro lado, com a estimativa de crescimento do PIB a 7% a.a., importando 7% e exportando 9% do PIB, o cenário previa atingir, no ano 2000, uma geração de superávit comercial equivalente a 2% do PIB.

PARTICIPAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
QUADRO 4

Ano	Participação no PIB (%)		Exportações brasileiras/ /Exportações mundiais (%)
	Importações	Exportações	
1970	7,2	8,0	1,0
1980	13,7	12,0	1,1
1985	5,5	11,0	1,2
1988	5,4	9,0	1,4*
2000	7,0	9,0	1,9

Fonte: BNDES; Obs.: * Ano de 1990

Em relação a 1985 (superávit comercial da ordem de 5,5% do PIB), era prevista uma expansão de importações superior à de exportações. De fato, o cenário admitia que o país deveria se manter mais aberto ao mercado internacional, devendo inclusive crescer importações de bens de capital necessários à ampliação de seu parque industrial.

BALANÇA COMERCIAL

QUADRO 5

US\$ 10⁹

Ano	1985	1987	Média 88/90	2000
• Exportações correntes	25,6	26,2	33,0	107,6
• Importações correntes	13,2	15,0	20,7	83,1
• Superávit comercial	12,4	11,2	12,3	24,5
• Superávit comercial a preços de 1987	12,7	11,2	11,3	14,8

Fonte: BNDES

O estudo do BNDES assinalou que, entre 1970 e 1980, os investimentos na economia situaram-se em torno de 22% do PIB. Em inícios dos anos 80, tal relação decaiu para 16%, retornando a 20,5% em 1986. Embora anteriormente se fizesse necessária a manutenção de investimentos na faixa de 24% do PIB, para assegurar a expansão da economia a 7% a.a., acreditava-se que, no período 1988 a 2000, o mesmo crescimento poderia ser atingido com a sustentação de investimentos equivalentes a 21% do PIB. Tal estimativa era fundamentada na constatação de que uma série de setores, tais como siderurgia, petroquímica e transportes, encontravam-se pré-investidos.

A questão que, portanto, se colocava era de como assegurar a realização de investimentos em patamares equivalentes ao mínimo de 21% do PIB, destacando-se, então, o problema do financiamento do setor público, cujo equacionamento deveria exigir:

- recuperação e realocação da arrecadação tributária, bem como a sua proteção de efeitos inflacionários;
- adequada política de preços e tarifas, para os bens e serviços ofertados pelo Estado e suas empresas;
- transferência para o setor privado de certas atividades então sob controle do Estado;
- contenção de gastos de custeio do setor público, via racionalização de suas instituições;
- alteração do perfil de amortização da dívida externa;
- aumento de confiabilidade dos títulos públicos;
- redução de subsídios e incentivos fiscais.

Em segundo lugar, previa-se também que, com a progressiva estabilização política – estimulada pela Constituição de 1988 e pelas eleições de 1989 – deveria se intensificar a propensão de investimentos, por parte dos setores privados nacional e estrangeiro.

Cabe acrescentar que à meta de manutenção de investimentos anuais equivalentes ao mínimo de 21% do PIB, associava-se a expansão deste agregado, à taxa de 13,3% a.a., para o período 1988/1990, arrefecendo-se na década seguinte, com conseqüente ocorrência de uma mais intensa expansão do consumo.

PIB, CONSUMO E INVESTIMENTO
TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL

QUADRO 6 (%)

Período	PIB	Consumo	Investimento
• 1970 / 1980	8,7	8,4	9,6
• 1988 / 1990	8,0	6,7	13,3
• 1991 / 2000	7,0	7,4	5,8

Fonte: BNDES

Por fim, cabe acrescentar que o cenário de “integração competitiva”, assinalado pelo BNDES, delineava uma ambiência não apenas desejável, mas absolutamente necessária para o Brasil. Tendo em vista que, àquela época, a elasticidade emprego / produto era de 0,6, fazia-se necessário assegurar crescimentos de PIB no mínimo de 6% a.a., sem o que se tornaria impossível absorver o contingente populacional que afluía ao mercado de trabalho.

5. Evolução da Economia Brasileira a partir de 1970

Encontram-se abordados no presente capítulo, os principais macro-indicadores econômicos e sociais que caracterizam a evolução e o comportamento da economia brasileira, no período 1970 a 2008.

5.1. Evolução e Comportamento de Indicadores Macro-Econômicos

A presente unidade analisa os indicadores macro-econômicos relativos a PIB, Balança comercial e de pagamentos, além de Política fiscal e monetária

5.1.1. Produto Interno Bruto - PIB

Na década de 70, o PIB brasileiro cresceu 129% em termos reais (8,6% a.a.), ocasionando uma expansão de 80% na renda per capita (6,0% a.a.). Já na década de 80, o crescimento de 16% no PIB (1,5% a.a.) não foi sequer suficiente para compensar o crescimento da população no período (23%), ocorrendo, conseqüentemente, uma queda de 6% na renda per capita real. Na década de 90 - iniciada com queda de 3,6% no PIB, entre 1989 e 1992, e subsequente expansão à taxa média de 3,9% a.a. - o país retoma a trajetória de crescimento, embora modesto. Na década atual, verifica-se um crescimento real do PIB, à taxa de 3,5% a.a. e do PIB per capita a 2,2% a.a..

5.1.1.1. Evolução do PIB no Período 1970 a 2008

No período 1970 a 2008 como um todo, o PIB apresenta crescimento real à taxa média de 4,2% a.a., alcançando, o valor de R\$ 2.890 trilhões, em 2008 (equivalente a R\$ 15.240 ou a US\$ 8.311 per capita). Cabe mencionar algumas características de natureza conjuntural e estrutural que diferenciam a evolução do PIB brasileiro, entre os sub-períodos analisados a seguir:

- **1970 a 1980:** evolução se processa em ritmo mais acelerado, refletindo:
 - As políticas de expansão de exportações e de substituição de importações que marcaram a economia brasileira.
 - A intensificação do comércio internacional em fins dos anos 60 e início dos 70, bem como o clima de excesso de liquidez na economia mundial que facilitavam a expansão das exportações brasileiras.
 - Os dois choques do petróleo (1973 e 1978) que impactaram visceralmente a estrutura de produção industrial, especialmente no que se refere a custos e valor do produto.
 - Entre 1970 e 1976, apesar do desaquecimento da economia mundial, em virtude do primeiro choque do petróleo e do encerramento do denominado "*milagre brasileiro*", o PIB brasileiro cresceu à taxa média real de 10% a.a..
 - Entre 1977 – 1981, o Brasil aprofunda os seus desequilíbrios, relacionados à dívida externa e balança de pagamentos, ao adotar, tardiamente, medidas recessivas com decorrentes contrações de mercados.
- **1980 a 1990:** Em uma ambiência de desaceleração da economia mundial – para o que contribuiu o segundo choque do petróleo, em fins da década de 70 – o país se submeteu aos efeitos de severos ajustes econômicos, influenciados pela alta das taxas de juros internacionais e pelo agravamento do déficit de seu balanço de pagamentos, notadamente no período 1981 a 1983. A política recessiva, então praticada, ocasionou uma contração no ritmo de expansão do PIB e da renda, com drástica redução de investimentos públicos e sensível agravamento das questões sociais.
 - Nos anos 80 ("*década perdida*"), o país se distancia de sua tradição de crescimento e passa a conviver com a "*estagflação*", sucessivas tentativas de ajustes, com altos custos sociais e profunda instabilidade econômica - tudo isto acompanhado pela reconstrução democrática, restabelecimento do poder civil e promulgação da Constituição de 1988.
 - Com a moratória do México, em 1982, o Brasil passa a enfrentar sérias dificuldades para administrar a sua dívida externa e até mesmo para fazer face a compromissos vitais de importações.
 - Posteriormente ao encerramento do ciclo de governos militares, em 1985, inicia-se, em 1986, um árduo processo de tentativas de ajustes econômicos, com os planos “Cruzado” (1 e 2), “Bresser” e “Verão” (1 e 2), todos impotentes para proceder aos expressivos ajustes requeridos pela economia brasileira. Com elevações em índices de preços na faixa de 400 a 1500% a.a., entre 1985 e 1989, a ameaça da hiperinflação é um dos principais estigmas que notabiliza a denominada “*década perdida*”.
- **1990 a 2000:** Já sob a égide da Constituição de 1988, a década de 90 é iniciada com o governo Collor e o seu programa de reformas (planos “Collor” 1 e 2) os quais também fracassam, ocasionando sensível agravamento da crise econômica e institucional com que se debatia o país. Com o *impeachment* do presidente e posse do vice Itamar Franco, o país inicia, em 1992, uma fase de profundos desafios de natureza político-institucional e conseqüentes riscos sócio-econômicos, que começam a ser aplacados com o Plano Real, implementado a partir de 1994.
 - Com o controle da inflação e progressiva reconquista de confiança de atores econômicos e da sociedade como um todo, são geradas as bases para a implementação de diferentes reformas econômicas, as quais, apesar do lento processo de negociação com o Congresso e a sociedade, restauram, pouco a pouco, o clima de investimentos e estimulam a integração competitiva do país.

- Como resultado, a inflação que oscilou na faixa de 480% a 2.700% a.a., no período 1990 a 1994, recua para níveis inferiores a 25% a.a., de 1995 ao final da década. Apesar de efeitos adversos de importantes eventos externos - tais como a crise do México (1994), Asiática (1998) e da Rússia (1999) - verifica-se a progressiva recuperação de investimentos, acompanhada de modesta elevação na taxa de crescimento anual do PIB, além de recuperação de capacidade aquisitiva e de outras melhorias no contexto sócio-econômico do país.
- **2000 a 2008:** Em seqüência às reformas implementadas a partir de 1994 e passando a dispor de uma conjuntura internacional bem mais auspiciosa, o país, na presente década, continua avançando suas reformas institucionais e consolidando a estabilização de sua economia, com a geração de pré-requisitos para a implementação de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, que deverá enfatizar a melhoria de sua base social.

O Quadro 7 apresenta a evolução do PIB, além de outros indicadores associados:

EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DO PIB BRASILEIRO - 1970 a 2008
A PREÇOS CONSTANTES DE 2008
QUADRO 7

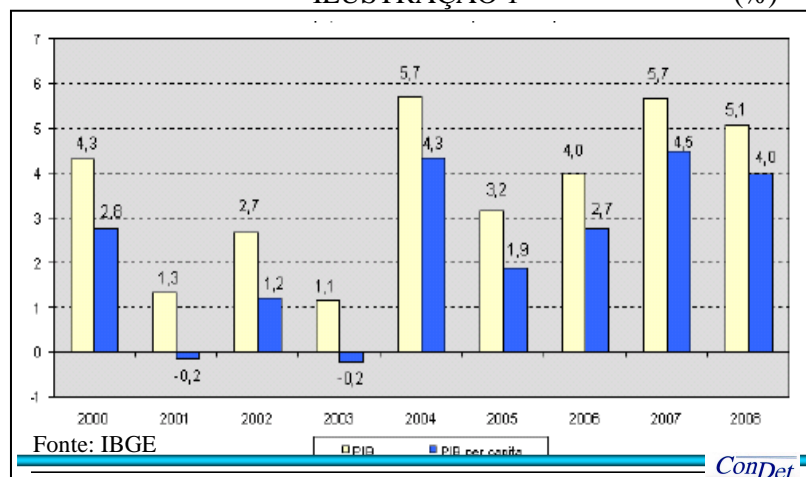
	1970	1980	1990	2000	2008
PIB (R\$ bilhões)	638	1.460	1.706	2.182	2.890
• PIB per capita (R\$ 1,00)	6.850	12.310	11.640	12.739	15.240
PIB (US\$ bilhões)	326	745	866	1.199	1.576
• PIB per capita (US\$ 1,00)	3.496	6.285	5.907	7.001	8.311
• PIB / km ² (US\$ 1.000,00)	38,2	87,5	55,1	101,7	185,1
• PIB ppc (US\$ bilhões)	Nd	446,5	781,6	1.253,0	nd
• PIB ppc per capita (US\$1,00)	Nd	3.671	5.283	7.366	nd
Renda líquida enviada ao exterior/ PIB (%)	0,88	3,26	2,45	2,96	nd
PNB a preços de mercado / PIB (%)	99,1	96,7	97,6	97,0	nd
Despesas com consumo final (%)	79,9	78,2	78,6	83,5	80,5
Taxa de investimento - FBCF/PIB (%)	18,8	23,6	20,7	16,8	19,0
Poupança Bruta / PIB (%)	19,0	17,9	19,1	17,3	nd

Fonte: IBGE, IPEAdata, FGVdados, BIRD/WDI e MME – Dados processados por ConDet

5.1.1.2. Evolução do PIB e do PIB per capita no Período 2000 a 2008

A Ilustração 1, elaborada pelo IBGE, apresenta a evolução das taxas anuais de expansão do PIB e do PIB per capita, no período 2000 a 2008.

PIB E PIB PER CAPTA - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
ILUSTRAÇÃO 1 (%)



Segundo o IBGE, no ano de 2008, o PIB em valores correntes acumulou crescimento de 5,1%, alcançando R\$ 2,9 trilhões, sendo R\$ 2,4 trilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 0,5 trilhão aos Impostos sobre Produtos. Determinado pela relação entre o valor corrente do PIB e a população residente no meio do ano (189,6 milhões de habitantes), o PIB per capita em 2008 atingiu R\$ 15.240,00, 4,0% superior ao de 2007.

5.1.1.3. Evolução e Composição do PIB em 2008

Ainda segundo o IBGE, em 2008, as *Exportações de Bens e Serviços* tiveram queda de 0,6% e as *Importações de Bens e Serviços*, elevação de 18,5%. Por sua vez, a *Necessidade de Financiamento* (R\$ 57,1 bilhões), revelou sensível acréscimo em relação aos R\$ 5,5 bilhões, de 2007, devido, principalmente, à redução de R\$ 35,2 bilhões no *Saldo Externo de Bens e Serviços* e ao aumento de R\$ 17,1 bilhões em *Renda Líquida de Propriedade Enviada ao Resto do Mundo*. A *Poupança Bruta* atingiu R\$ 488,0 bilhões, em 2008, contra R\$ 453,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Passando à análise do comportamento relativo ao quarto trimestre de 2008, o IBGE assinala que, naquele período, o PIB apresentou queda de 3,6%, em relação ao terceiro trimestre, verificando-se, entretanto que o Valor Adicionado a preços básicos aumentou 1,0% e os Impostos sobre Produtos, 2,6%, em relação a igual período de 2007.

Dentre os componentes da demanda interna de maior destaque no trimestre, sobressai a Despesa de Consumo da Administração Pública (+ 5,5%). Destaca-se também a Formação Bruta de Capital Fixo que variou 3,8% em razão da continuidade do aumento da importação de máquinas e equipamentos, apesar da desaceleração na sua taxa de crescimento.

Ainda pelo lado da demanda, sobressaem os seguintes componentes na composição do PIB de 2008:

- Despesa de Consumo das Famílias: 60,6%
- Despesa de Consumo da Administração Pública: 20,2%
- Formação Bruta de Capital Fixo: 19,0%
- Balança de Bens e Serviços: 0,2%

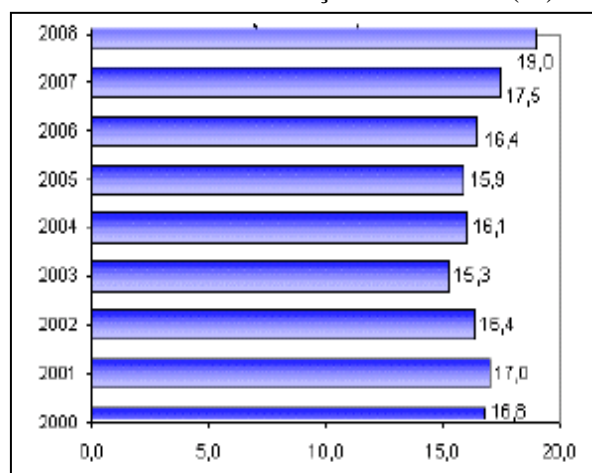
Em relação aos principais componentes da demanda, destacam-se ainda os seguintes comportamentos de 2008, em relação a 2007:

- **Despesa de Consumo das Famílias:** crescimento de 5,4%. O quinto ano consecutivo de alta evidencia efeitos associados não apenas ao crescimento do PIB, como também à redistribuição da renda e às mudanças de percepção e de confiança do consumidor, que potencializam a continuada recuperação de capacidade aquisitiva.
- **Despesa do Consumo da Administração Pública:** aumento de 5,6%.
- **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF):** Verifica-se, ao longo do período 1970 a 2008, um comportamento nitidamente irregular dos investimentos na economia brasileira, conforme evidenciado pela evolução da taxa de investimento, ou seja, pela relação formação bruta de capital fixo (FBCF) / PIB.

5.1.1.4. Taxas de Investimento e de Poupança

Segundo o IBGE, a taxa de investimento de 2008 (19,0% do PIB) é a mais elevada da presente década. Assinale-se ainda que, em 2008, enquanto o PIB cresceu 5,1%, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 13,8%.

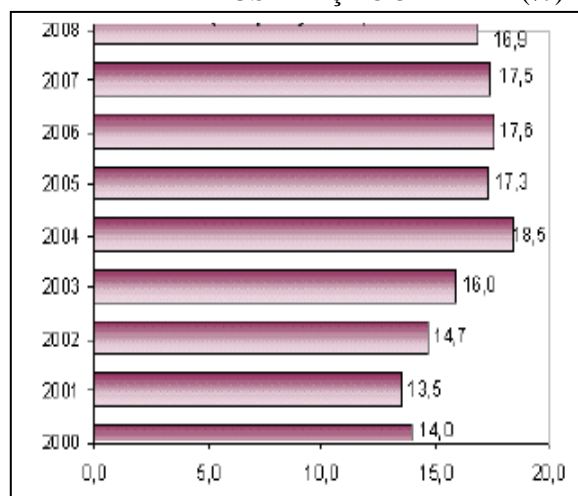
TAXA DE INVESTIMENTO - FBCF / PIB
ILUSTRAÇÃO 2 (%)



Fonte: IBGE ConDet

Ao apresentar, em 2008, valor inferior ao dos 4 anos precedentes, a taxa de poupança demonstra comportamento oposto ao da taxa de investimento, sintomático com a evolução na Despesa de Consumo Final que cresceu a taxa superior à do PIB, naquele ano.

TAXA DE POUPANÇA - POUPANÇA / PIB
ILUSTRAÇÃO 3 (%)



Fonte: IBGE ConDet

5.1.1.5. Comportamento Regional do PIB

Ao longo do período 1970-1990, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste expandem suas respectivas participações no PIB, ao contrário das regiões Sudeste e Sul. Estas mudanças de participação relativa se manifestam mais acentuadas na região Norte, que expande sua participação em ritmo de 4,6% a.a., entre 1980 e 1985, passando a 4,9%, entre 1985 e 1990. Já na década de 90, observa-se uma recuperação de participação da região Sudeste. A participação das grandes regiões na formação do PIB (um importante indicador da distribuição do mercado de produtos de origem mineral), encontra-se apresentada nos Quadro 8 e 9.

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA FORMAÇÃO DO PIB
1996-1999 (%)
QUADRO 8

Regiões	1996	1997	1998	1999
• Norte	4,6	4,4	4,5	4,5
• Nordeste	13,2	13,1	13,1	13,1
• Centro-Oeste	6,1	6,3	6,8	6,4
• Sudeste	58,1	58,6	58,2	58,3
• Sul	18,0	17,7	17,5	17,8

Fonte: IBGE

Ao se comparar o comportamento da composição regional do PIB no período 1996 a 1999, com o de 2002 a 2006, verifica-se uma nítida expansão da participação da Região Norte e Centro-oeste, relativa estabilidade da Região Nordeste e queda nas Regiões Sudeste e Sul.

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PIB SEGUNDO REGIÕES -
2002 a 2008 (%)
QUADRO 9

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006
• Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1
• Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1
• Centro-oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7
• Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8
• Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE

5.1.1.6. Composição Setorial do PIB

O Quadro 10 apresenta a composição do PIB, segundo setores da economia.

COMPOSIÇÃO DO PIB SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA
1970 a 2008 (%)
QUADRO 10

Setores	1970	1980	1990	2000	2008
• PIB (US\$ bilhões de 2008)	326	745	866	1.199	1.576
• Serviços	47	50	55	66	64
• Agropecuária	15	10	8	6	6
• Industrial	35	36	32	24	25
• Energético	3	4	5	4	5
• Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE

Na composição do PIB, verifica-se, entre 1970 e 2008, uma sensível elevação na participação do setor de Serviços, em contrapartida a quedas em Agropecuária e Industrial.

Da análise do Valor Adicionado acumulado em 2008, em comparação com 2007, estudo do IBGE constata o seguinte comportamento setorial: Agropecuária (+5,8%), Serviços (+4,8%) e Indústria (+4,3%). No primeiro caso sobressaem os crescimentos para trigo (47,5%), café em grão (25,0%), cana (19,2%) e milho em grão (13,3%), assim como as maiores quedas assinaladas para fumo (-6,9%) e algodão herbáceo (-2,4%).

Dentre os sub-setores da Indústria, destaca-se o crescimento da Construção Civil (8,0%), Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (4,5%) e Extrativa Mineral (4,3%), este último

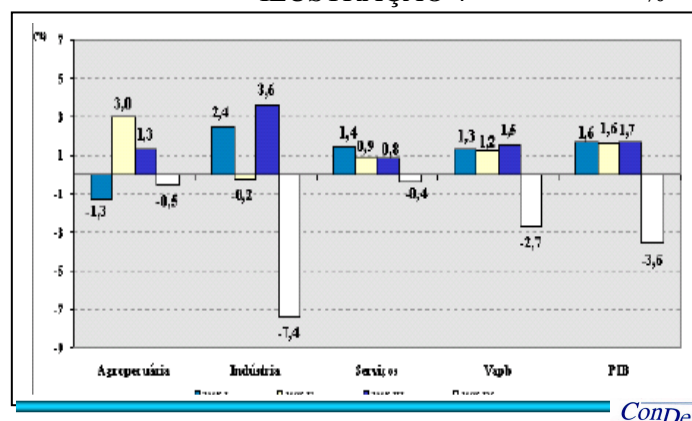
devido principalmente a petróleo e gás (5,2%) e minério de ferro (1,9%). A Indústria da Transformação apresentou crescimento de 3,2%.

No setor de Serviços destacam-se os sub-setores de Intermediação Financeira e Seguros (9,1%), Serviços de Informação (8,9%) e Comércio (6,1%).

Ao analisar o comportamento do PIB no quarto trimestre de 2008, o IBGE constata que a Indústria registrou a maior queda (-7,4%), em relação ao trimestre anterior, seguida pela Agropecuária (-0,5%) e pelos Serviços (-0,4%). Já na comparação do quarto trimestre de 2008, com igual período de 2007, verifica que, dentre os setores que contribuem para a geração do Valor Adicionado, destacam-se o de Serviços (crescimento de 2,5%), a Agropecuária (+2,2%) e a Indústria (-2,1%).

Segundo setores da economia, a Ilustração 4 evidencia as taxas trimestrais de crescimento do PIB, durante o ano de 2008.

TAXAS TRIMESTRAIS DE CRESCIMENTO DO PIB
SEGUNDO SETORES DA ECONOMIA 2008
ILUSTRAÇÃO 4 %



5.1.2. Balança Comercial e de Pagamentos

5.1.2.1. Balança Comercial

No período 1970 a 2008, as exportações brasileiras evoluíram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 198 bilhões (12% a.a.), e as importações, de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 173 bilhões (11,9% a.a.). Em consequência, o saldo de balança comercial evoluiu de US\$ 0,2 bilhões para US\$ 25 bilhões (13,5% a.a.). Conforme demonstrado pelos indicadores *corrente de comércio*, *relação exportações / PIB* e *abertura da economia*, o país vem realizando, a partir de 1995, um nítido esforço de intensificação do seu comércio externo, com o suporte de importantes reformas implementadas no período (Quadro 11).

EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL - 1970-2008 (US\$ bi)
QUADRO 11

	1970	1980	1990	2000	2008
Valores a Preços Correntes					
• Exportações (X)	2,7	20,1	31,4	55,1	197,9
• Importações (M)	2,5	22,9	20,7	55,8	173,2
• Saldo Comercial (X – M)	0,2	-2,8	10,7	-0,7	24,7
• Corrente de Comércio (X + M)	5,2	43,1	52,1	110,9	371,1
Valores a Preços Constantes de 2008					
• Exportações (X)	15,2	52,6	51,7	68,8	197,9
• Importações (M)	13,9	59,9	34,0	69,7	173,2
• Saldo Comercial (X – M)	1,3	-7,4	17,7	-0,9	24,8
• Corrente de Comércio (X + M)	29,1	112,5	85,7	138,6	371,1
Relação Exportações / PIB (%)	6,4	8,5	6,7	8,5	15,8
Abertura da Economia [(X + M) / PIB] (%)	12,3	18,1	11,1	17,2	29,7

Fonte: FGVdados, IPEAdata

Analisando-se as séries de exportação e de importação a preços constantes de 2008, destacam-se os seguintes indicadores de comportamento do comércio exterior brasileiro, no período 1970 a 2008:

- Crescimento das exportações: 7,0% a.a.
- Crescimento das Importações: 6,9% a.a.
- Saldo de balança comercial: 8,1% a.a.
- Expansão da corrente de comércio: 6,9% a.a.

Cumprе salientar os principais aspectos estruturais e conjunturais que diferenciam a evolução e o comportamento da balança comercial brasileira no período considerado:

Corrente de Comércio: O virtuoso desempenho recente da economia brasileira encontra-se em boa parte associado à evolução de sua corrente de comércio, que contempla não apenas a expansão de exportações e de saldos comerciais, que fortalecem o balanço de pagamentos e melhoram o perfil da dívida externa, como também o aumento de importações que subsidiam o controle da inflação e a atualização tecnológica e da posição competitiva do parque industrial brasileiro. Cumprе assinalar que no período 1994 a 2008 a corrente de comércio do país se expandiu à taxa média de 11,9% a.a..

Relação Exportações / PIB: Ao analisar a correspondente série histórica 1970 a 2008, verifica-se que a relação exportações / PIB supera o patamar de 10% em períodos específicos e peculiares, cabendo atribuir o desempenho de 2004 a 2008, à estabilização da economia, com simultânea abertura de mercados, integração competitiva e reordenamento geoeconômico das relações internacionais. Já a superação do patamar de 10% nos anos 1983 a 1985, 1988 e 2001 a 2003 encontra-se associada a aumentos conjunturais se saldos comerciais, em virtude de contração da demanda interna e não a processo estrutural virtuoso de maior inserção na economia internacional. Verifica-se também que, apesar da sensível expansão recente, sob efeito dos estímulos que resultam do processo de estabilização da economia brasileira, as exportações brasileiras continuam equivalentes a somente 1,2% das exportações mundiais, revelando uma modesta posição, comparativamente, por exemplo, à Coréia do Sul (2,9%) ou à China (9,1%).

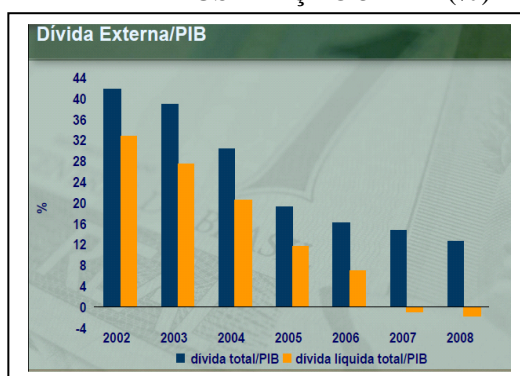
Abertura da Economia: É também interessante observar o comportamento do indicador *abertura da economia*, o qual somente supera o patamar de 20% nos anos de 1984 e de 1985, em movimento fugaz associado a processo de crise e de contração de mercados, e no período 2001 a 2008, quando evolui de 21% para 30%, como resultado de mudanças estruturais que fundamentam as atuais perspectivas de iniciação de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

5.1.2.2. Balanço de Pagamentos

O Quadro 12 evidencia a evolução e a composição do balanço de pagamentos brasileiro, permitindo destacar o seguinte comportamento:

Dívida Externa: A dívida externa brasileira ascende de US\$ 8,3 bilhões em 1971 para US\$ 198,4 bilhões em 2008, evidenciando um crescimento à taxa de 8,9% a.a.. Em valores constantes de 2008, o crescimento da dívida externa se processa à taxa de 4,1% a.a., de 1971 a 2008, evidenciando-se mais acentuada no subperíodo 1971 a 1980 (16,0% a.a.), decaindo para 1,9% e 2,9% a.a., nas duas décadas seguintes, para finalmente apresentar uma suave contração ao ritmo de 1,1% a.a., no período 2000 a 2008. Devido principalmente ao expressivo aumento recente de exportações, assim como de reservas cambiais, a questão da dívida externa deixou de ter a mesma importância expressiva que apresentava, ao longo das últimas três décadas.

DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA / PIB
ILUSTRAÇÃO 5 (%)



Fonte: BACEN

ConDet

Dívida Externa / PIB: Partindo de 16,9%, em início dos anos 70, a relação dívida externa / PIB ascende continuamente até o patamar crítico de 53,8%, em 1984, reduzindo-se a seguir até alcançar 26,3%, em 1990. Nos últimos 18 anos, a relação dívida externa / PIB apresenta importantes oscilações caracterizadas nos seguintes sub-períodos:

- **1991 a 1993:** patamar elevado (30% a 35%), em razão da contração do PIB.
- **1994 a 1997:** redução para a faixa de 20% a 27%, refletindo expansão do PIB, câmbio sobrevalorizado (um dos eixos estratégicos do Plano Real) e efeitos do programa de privatizações.
- **1998 a 2002:** elevação de 27% a 42%, sob efeito principalmente do câmbio desvalorizado com o *overshooting* ocorrido em janeiro de 1999.
- **2003 a 2008:** ciclo de contração de 39% para 16%, fundamentado pela progressiva recuperação da taxa de câmbio, subsidiada pela substancial entrada de recursos externos, seja na forma de IEDs, financiamentos e investimentos em mercado financeiro e de capitais, ou de superávits de balança comercial, em ambos os casos facilitada pela excessiva liquidez e exuberante fase de crescimento da economia mundial.

Reservas Internacionais: Os valores das reservas internacionais apresentam diferentes oscilações no decorrer do período 1970 a 2008, em sintonia com as turbulências enfrentadas pela economia brasileira no período, seja em decorrência dos fatores estruturais internos ou de fatores conjunturais externos. De 1970 a 1978, as reservas, em valores correntes, se expandem de US\$ 1,2 bilhões, para US\$ 12,0 bilhões, a partir de quando iniciam um período de queda até alcançar US\$ 4,0 bilhões, em 1983. No subseqüente período 1984 a 1991, apresentam oscilações entre o mínimo de US\$ 7,0 bilhões e o máximo de US\$ 12,0 bilhões, empreendendo a seguir, novo ciclo de ascensão partindo de US\$ 24,0 bilhões, em 1992, até alcançar US\$ 60,0 bilhões, em 1996, daí iniciando novo ciclo de contração até alcançar US\$ 33,0 bilhões, em 2000. Finalmente, de 2001 a 2008, as reservas internacionais brasileiras apresentam nova fase de crescimento, atingindo US\$ 207 bilhões, em 2008.

RESERVAS INTERNACIONAIS
ILUSTRAÇÃO 6 (US\$ bilhões)



Fonte: BACEN

EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS
QUADRO 12 US\$ bilhões

	1990	2000	2008
• Saldo de Balança Comercial	10,7	-0,7	24,7
• Saldo de Balança de Serviços	-15,3	-25,0	-57,2
• Transferências Unilaterais	0,8	1,5	4,2
Balança de Transações Correntes (saldo)	-3,8	-24,2	-28,3
Contas de Capital e Financeira (saldo)	4,6	19,3	35,9
Balanço de Pagamentos	-4,2	-2,3	8,5
Dívida Externa	123,4	216,9	198,4
Dívida Externa / PIB (%)	26,3	33,6	15,9
Reservas Internacionais	10,0	33,0	206,8

Fonte: FGVdados

5.1.3. Política Fiscal e Monetária

O Quadro 13 apresenta a evolução de indicadores selecionados relativos à política fiscal e monetária do país, em anos selecionados do período 1970 a 2008:

EVOLUÇÃO E COMPORTAMENTO DE INDICADORES FISCAIS E MONETÁRIOS - 1970 a 2008
QUADRO 13

	1970	1980	1990	2000	2008
Carga Tributária / PIB (%)	26,0	24,4	29,6	30,4	36,6
Dívida Pública / PIB (%)	14,7	27,0	26,3	36,6	21,4
Inflação - IGP-DI (%)	19,3	110,2	1.476,7	9,8	9,1
Inflação - IPA-DI (%)	18,5	121,4	1.449,5	12,1	9,8
Taxa de juros (a.a.)	21,9*	46,4	1.153,2	17,4	12,5
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$)	1,66 E-12	1,91 E-11	2,47 E-5	1,83	1,83

Fonte: BCB; IPEADATA, FGVdados; *Ano de 1975

Cabe destacar os principais aspectos que caracterizam a evolução e o comportamento da gestão fiscal e monetária do país, ao longo do período considerado:

- **Carga Tributária / PIB:** Partindo de 26%, em 1970, a relação carga tributária/ PIB baixou a 24,4%, em 1980 e ascendeu a 29,6%, em 1990, refletindo uma série de medidas tomadas com o propósito de solucionar o crescente déficit do orçamento público, sensivelmente impactado pelo serviço das dívidas interna e externa do país, além dos demais desequilíbrios relativos a gastos de custeio, além da concessão descontrolada de incentivos e subsídios. Além de consolidar as tendências, então vigentes, de ampliação da carga tributária, a constituição de 1988 introduziu reordenamentos e uma maior centralização do sistema tributário. Como exemplo, a comercialização de bens minerais passou a ser tributada pelo ICMS - ao invés do IUSM (Imposto Único sobre Minerais) e pela CFEM. Em continuidade à tendência que já vinha se evidenciando e se consolidando anteriormente, em 2000, a carga tributária ascende a 30,4%, em 2005 a 33,8% e, em 2008, a 36,6%.
- **Dívida pública / PIB:** Partindo de 15%, em 1970, a relação dívida pública/ PIB ascende a 54%, em 1984, a partir de quando passou por diversas oscilações até atingir 36,6% em 2000 e 21,4%, em 2008. A expressiva redução obtida decorre principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), a qual, além de proceder à integração da dívida pública da União, Estados e Municípios, fixou limites de endividamento para os mencionados segmentos do poder executivo.
- **Inflação:** Ao longo do período 1970 a 2008, o Brasil se destacou mundialmente, de um lado, pelas agruras do processo inflacionário com que se defrontou, principalmente no período 1984 a 1993 e, pelo outro, devido ao êxito do Programa de Estabilização, implementado a partir de 1994, o qual vem assegurando os fundamentos de reformas estruturais de longo prazo e de reconstrução do clima de investimentos na economia brasileira, ambos pré-requisitos para o almejado desenvolvimento sustentável.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO / PIB
ILUSTRAÇÃO 7 (%)



Fonte: BACEN

ConDet

TAXAS DE JUROS
ILUSTRAÇÃO 9



Fonte: BACEN

ConDet

EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO
ILUSTRAÇÃO 8 (% a.a.)



Fonte: BACEN

ConDet

VOLATILIDADE DO CÂMBIO
ILUSTRAÇÃO 10



Fonte: BACEN

ConDet

5.2. Evolução e Comportamento de Macro-indicadores Sociais

5.2.1. População

A população brasileira que se expandia à taxa média de 3% a.a., nos anos 50, apresenta ritmo declinante de crescimento nas décadas subsequentes, baixando à média de 2,4% a.a., no período 1970-1980, 2,1% a.a., no período 1980-1990, 1,6% a.a., de 1990 a 2000, e 1,3% a.a., de 2000 a 2008. O ritmo de crescimento populacional tem se revelado mais acentuado nas regiões Norte e Centro-Oeste, comparativamente às demais regiões brasileiras onde a expansão populacional se manifesta a taxas decrescentes.

Estas constatações atestam a importante reversão de fluxos migratórios, a partir da década de 60, confirmando a ocorrência de um processo de *desconcentração regional*. A análise da expansão e distribuição da população permite também ressaltar um nítido processo de concentração urbana, conforme evidenciado pela comparação das taxas de crescimento da população total, com as de áreas urbanas e, mais especificamente, com as de capitais e regiões Metropolitanas.

TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA - 1970 a 2008
QUADRO 14

População Residente	Taxas de Crescimento (% a.a.)			
	1970-80	1980-90	1990-00	2000-08
• Total	2,4	2,1	1,6	1,3
• Em Capitais e Regiões Metropolitanas	4,1	2,1	1,9	
• Em Áreas Urbanas	4,5	3,0	2,4	

Fonte: IBGE

A combinação dos processos de *desconcentração regional* e de *concentração urbana* – ressaltada em estudos anteriores da *ConDet* - determina a ocorrência de um fenômeno de *desconcentração concentrada*, que deverá ser considerado como elemento de base para a compreensão das tendências do mercado nacional de insumos e produtos de origem mineral, haja vista a existência de mais de 200 municípios com população superior a 100 mil habitantes, os quais vêm assumindo papel de destaque no mercado de bens minerais, sobretudo no que se refere às substâncias de mercados tipicamente locais, a exemplo dos agregados para a construção civil.

O Quadro 15 apresenta a evolução de indicadores relativos à população brasileira, no período 1970 a 2008.

INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO - 1970 a 2008
QUADRO 15

	1970	1980	1990	2000	2008
População Residente (milhões de habitantes)	93,1	118,6	146,6	171,3	189,6
• Rural (%)	44,1	32,4	2,0	18,8	nd
• Urbana (%)	55,9	67,6	75,0	81,2	nd
• Densidade populacional (habitantes/km²)	10,9	13,9	178,2	20,1	22,3

Fonte: IBGE, IPEAdata, *Ano de 1991

Da análise da distribuição regional da população, ao longo do período 1970 a 2008, verifica-se a expansão das participações das Regiões Norte e Centro-oeste, e queda nas participações das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO
REGIÕES - 1970 a 2008

QUADRO 16

Regiões	1970	1980	1990 ^a	2000	2008 ^b
• Norte	4,4	5,6	6,8	7,6	7,9
• Nordeste	30,3	29,2	28,9	28,1	28,0
• Centro-oeste	4,9	5,8	6,4	6,9	7,2
• Sudeste	42,7	43,4	42,7	42,6	42,3
• Sul	17,7	16,0	15,1	14,8	14,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, *Ano 1991, **Ano 2007

5.2.2. Emprego

Da análise dos elementos apresentados no Quadro 17, verifica-se, entre os anos de 1990 e 2000, uma nítida deterioração dos indicadores considerados com relação a emprego, seguida de uma recuperação ente 2000 e 2007.

INDICADORES RELATIVOS A EMPREGO - 1970 a 2008

QUADRO 17

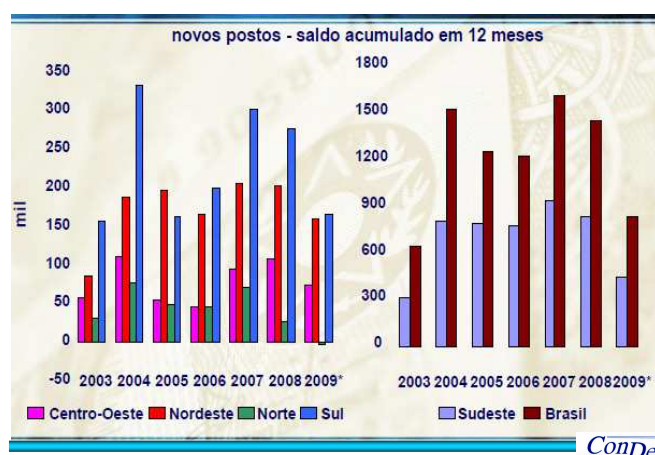
	1970	1980	1990	2000	2008
• PEA - População economicamente ativa (mil)	16.470	30.575	49.210	63.419	73.146
• Taxa de ocupação: pessoas ocupadas ^a / PEA (%)	nd	nd	93,5 ^b	90,6 ^c	91,8 ^d
• Taxa de desocupação: pessoas desocupadas ^a / PEA (%)	nd	nd	6,5 ^b	9,4 ^c	8,2 ^d
• Nível de ocupação: pessoas ocupadas / total ^a (%)	nd	nd	57,5 ^b	54,8 ^c	56,9 ^d
• Nível de desocupação: pessoas desocupadas / total ^a (%)	nd	nd	4,3 ^b	5,5 ^c	4,5 ^d
• Taxa de desemprego aberto (%)	nd	nd	4,28	7,14	6,80

Fonte: IBGE, ^a... com 10 anos de idade ou mais; ^bAno de 1992; ^cAno de 2001; ^dAno de 2007

Cumprе ressaltar que as taxas de ocupação e de desocupação expressam a relação percentual entre as pessoas com 10 ou mais anos de idade ocupadas (ou desocupadas) e o total de pessoas economicamente ativas. Por sua vez, os níveis de ocupação e de desocupação expressam a relação percentual entre as pessoas ocupadas (ou desocupadas) e o total de pessoas com 10 ou mais anos de idade.

COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL

ILUSTRAÇÃO 11 (x 1.000)



5.2.3. Outros Macro-indicadores Sociais

Para anos selecionados do período 1970 a 2008, o Quadro 18 evidenciam a evolução de outros indicadores sociais do país, no período 1970 a 2008, permitindo assinalar os seguintes comentários:

- Verifica-se, em primeiro lugar, uma progressiva melhoria nos indicadores relativos a:
 - Esperança de vida ao nascer:
 - Taxa bruta de natalidade:
 - Taxa bruta de mortalidade:
 - Taxa de Escolarização:
 - Taxa de Analfabetismo:
- A análise dos indicadores *Participação dos 1% mais ricos* e *Participação dos 50% mais pobres* evidencia um crescimento da concentração de renda, entre 1980 e 1990, seguida por redução seqüencial nos períodos 1990 a 2000 e 2000 a 2008.
- Da mesma forma, os indicadores *Pessoas em domicílios com renda abaixo da linha da indigência* e *Pessoas em domicílios com renda abaixo da linha da pobreza* revelam o mesmo processo de deterioração social, entre 1980 e 1990, seguido de recuperação nos dois períodos subsequentes..
- **GINI e Theil:** O *coeficiente de GINI* e o *índice T de Theil* também confirmam a intensificação de concentração de renda entre 1980 e 1990, seguida pela gradual melhoria da distribuição no período 1990 a 2008.
- **IDH:** a evolução do IDH indica uma continuada melhoria da qualidade de vida no período analisado.

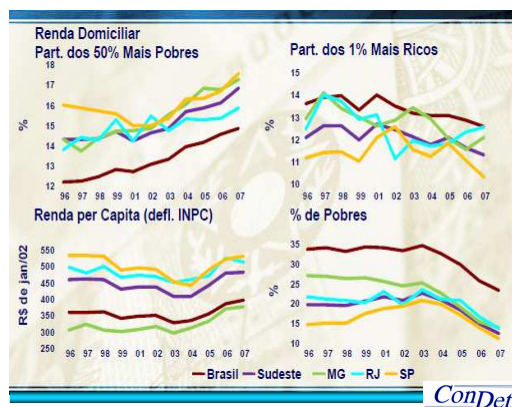
OUTROS INDICADORES SOCIAIS - 1970 a 2008
QUADRO 18

	1970	1980	1990	2000	2008
• Esperança de vida ao nascer (anos)	51,43	56,87	64,73	68,61	nd
• Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes) (%)	nd	32,1	24,2	21,1	16,4
• Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes) (%)	nd	8,6	6,9	6,3	6,3
• Taxa de Escolarização (%)	nd	nd	86,6 ^a	96,5 ^b	97,7 ^c
• Taxa de Analfabetismo (%)	nd	nd	16,4	11,4	9,1
• Participação dos 1% mais ricos (% da renda total)	nd	13,1	14,2	13,5	12,5 ^c
• Participação dos 50% mais pobres (% da renda total)	nd	13,0	11,5	12,6	14,7 ^c
• Pessoas em domicílios com renda abaixo da linha da indigência (%)	nd	15,4	18,6	14,2	8,0 ^c
• Pessoas em domicílios com renda abaixo da linha da pobreza (%)	nd	38,0*	40,0*	33,5*	22,7 ^c
• GINI	nd	0,59	0,61	0,59	0,56^c
• Índice T de Theil	nd	0,70	0,77	0,72	0,62^c
• IDH	0,462	0,685	0,720	0,765	0,800 ^c

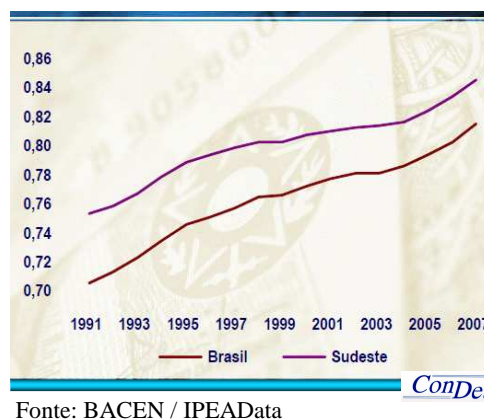
Fonte: IBGE, IPEADATA, FGV DADOS ^aAno de 1992, ^bAno de 2001, ^cAno de 2007

Cabe assinalar que a **taxa de analfabetismo** contempla as pessoas com 10 ou mais anos de idade e que a **taxa de escolarização** se refere a pessoas de 7 a 14 anos de idade.

OUTROS INDICADORES SOCIAIS
ILUSTRAÇÃO 12



EVOLUÇÃO DO IDH – 1991 A 2007
ILUSTRAÇÃO 13



Cumpra também ressaltar que o **coeficiente de GINI** afere o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima (toda renda apropriada por apenas um indivíduo). Por sua vez, o **índice T de Theil**, mede a desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. É determinado pelo logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito, quando a desigualdade tender ao máximo.

6. Contexto Atual

Desde a grande depressão dos anos 30, o país empreendeu ciclos de grande transformação, sendo hoje uma das principais economias do mundo, com 73 milhões de pessoas economicamente ativas em áreas urbanas, embora sujeito aos efeitos de um modelo cruel de expansão econômica que alargou a distância entre ricos e pobres. Por outro lado, embora dispondo de uma sólida matriz de produção, que incorpora tecnologias avançadas, o país ainda convive com sérios desequilíbrios inter-setoriais.

Outro desafio que se acentua é o do ordenamento do território, seja no plano rural ou no urbano. No primeiro caso, destacam-se os diferentes processos de conflito relacionados ao uso e ocupação do solo e ao acesso e aproveitamento de recursos naturais, em que se destacam as questões relativas à reforma agrária, áreas indígenas, unidades de conservação, dentre outras.

No segundo caso - diante a frequente ausência ou fragilidade dos planos diretores de desenvolvimento urbano - o país continua urbanizando-se desordenada e aceleradamente, a custos sociais elevados. Assinale-se que o número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes, do Brasil, é proporcionalmente maior do que o de países com alta renda per capita.

É importante lembrar que os investimentos per capita com infra-estrutura urbana, crescem exponencialmente, a partir de 1 milhão de habitantes, e que os operários urbanos se submetem a crescentes degradações de qualidade de vida, à medida em que ocorre o inchaço das grandes cidades.

O atual contexto da economia brasileira encontra-se a seguir assinalado, mediante a análise de suas atuais políticas nos campos fiscal, monetário e de promoção do desenvolvimento.

6.1. Política Fiscal

Na análise do contexto atual da economia brasileira, um dos pontos de atenção se refere à questão do orçamento fiscal, já que o precário superávit de 4,69% do PIB, obtido no primeiro trimestre de 2008, apresentou contração de 71%, para 1,35% do PIB, no primeiro trimestre de 2009. De fato, no primeiro trimestre do presente ano, não bastasse a queda nominal da receita de 1,92%, sobre igual período de 2008, as despesas revelaram expressivo crescimento de 19,01%, com destaques para 24,8% nos custos de pessoal e de 24,35% no custeio.

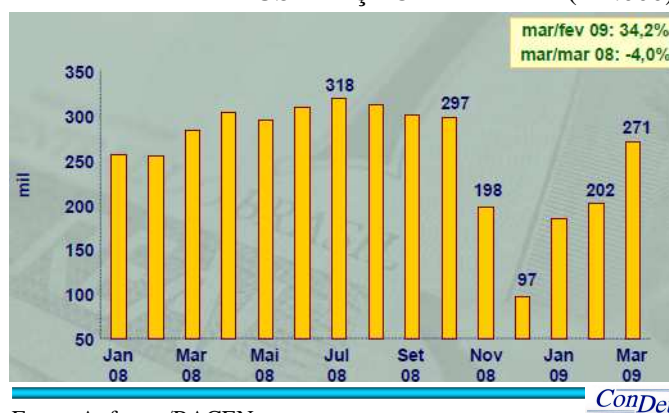
Cabe também assinalar o recente anúncio, por parte do governo, de redução da meta de superávit primário das contas públicas, em 2009, de 3,3% para 2,5% do PIB. Incluindo as despesas com juros, o déficit nominal deve ascender a 2,1% do PIB, o que sinaliza um possível afrouxamento do rigor introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É importante assinalar que o país atualmente possui uma carga tributária de 37% do PIB e investe tão somente 2% do PIB, comparativamente a 24% e 4%, respectivamente, na década de 70. Cabe também ressaltar que os países de renda comparável apresentam carga tributária média de 26% do PIB, enquanto o Brasil, com 36,6%, continua ocupando a desconfortável liderança em termos de carga fiscal, apesar da baixa capacidade de investimento público.

Visando contornar os efeitos da retração econômica que decorrem da presente crise internacional, o governo vem desonerando a carga fiscal dos setores automobilístico, eletrodoméstico (linha branca) e de materiais de construção, com inevitáveis efeitos de redução de receita fiscal, no inconveniente momento em que simultaneamente ocorre a expansão dos gastos de custeio, exacerbando, conseqüentemente, a redução do superávit primário e a ampliação do déficit nominal.

Não obstante, o custo de tal renúncia fiscal, a estimulação de setores vitais tem sortido importantes resultados em termos de suavização de efeitos da crise internacional. A ilustração do BACEN, a seguir reproduzida, caracteriza a recuperação recente da produção e vendas de veículos. Cumpre ressaltar que três quartos da flutuação do PIB se devem à flutuação do setor industrial e três quartos da variação da produção industrial se deve à flutuação do setor automobilístico.

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS - JAN/ 08 A MAR/ 09
ILUSTRAÇÃO 14 (x 1.000)



6.2. Política Monetária

No último dia 29 de abril o Comitê de Política Monetária deliberou o corte da taxa básica de juros (SELIC) em 1 ponto percentual, baixando-a para 10,25% a.a.. Na realidade, depois da maxidesvalorização cambial de fins do ano passado, os analistas vinham estimulando uma forte defesa de um ritmo mais acelerado da redução da taxa de juros, como meio de evitar uma apreciação mais forte do real, com sérias conseqüências para o controle das contas externas bem como da inflação. Apesar desta última redução da SELIC, o Brasil ainda possui uma das maiores taxas de juros do mundo, evidenciando espaço para novas reduções aproveitando, inclusive, a janela de oportunidade introduzida pela crise de liquidez e de contração de mercados, que reduz os riscos de efeitos inflacionários. De fato, segundo especialistas, a crise criou uma oportunidade histórica para a redução da taxa básica de juros a um patamar mais próximo dos padrões das economias avançadas.

Em razão das mais recentes reações da economia brasileira, diante à crise internacional - particularmente no que se refere aos fluxos cambiais mais positivos do que o esperado no mercado à vista e futuro e na balança comercial e conta corrente – os bancos estão revendo para baixo suas estimativas para a taxa cambial.

É importante ressaltar que os bancos centrais dos países ricos têm irrigado o mercado. Parte destes amplos fluxos de liquidez têm migrado para ativos de maior retorno, diante da redução da aversão ao risco. Neste contexto, o mercado de ações de renda fixa do Brasil voltou a atrair o investidor estrangeiro, causando a sensação de que a crise já estaria sendo debelada.

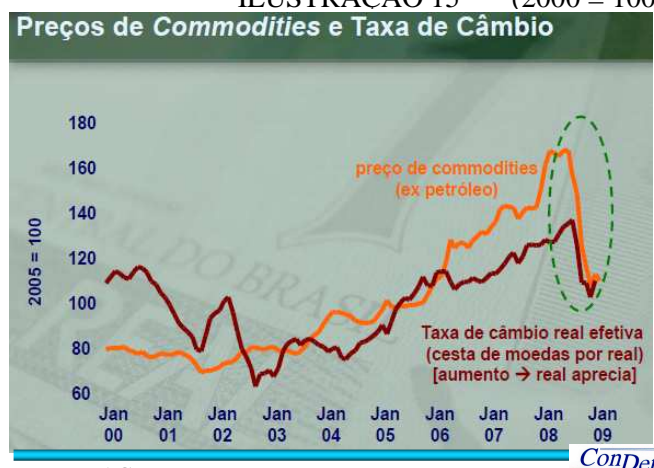
Neste sentido, é importante destacar a posição da jornalista Miriam Leitão (Valor Econômico, 10/05/09) ao assinalar que a “crise continua”, diante à constatação de que o mundo permanece encolhendo e que, no Brasil, aumentam os riscos fiscais, embora por outro lado, sobressaíam impressões mascaradas pela euforia do mercado de capitais descolada da economia real. Lembra que o índice Bovespa subiu cerca de 42%, de 2 de março a 08 de maio.

A referida jornalista registra também a percepção do economista José Márcio Camargo de que dois fatores vêm estimulando a recente valorização do real. “Primeiro, as importações estão caindo mais que as exportações”, e estas “se beneficiam da recuperação localizada de alguns produtos como soja e minério. O segundo fator, segundo Camargo, é que o G-20 elevou o capital para empréstimo e isso aumentou a ida dos investidores para os emergentes”, derrubando o risco país.

Destaca também que “os países desenvolvidos estão vivendo um momento de redução de intensidade de queda, mas não uma recuperação”, enquanto, “aqui no Brasil, estamos num momento de estabilidade”, com desemprego crescente, salários decrescentes, além de aumento de inadimplência que dificulta o crédito ainda mais.

Assinala ainda a visão do economista Luiz Roberto Cunha, de que, além da arrecadação em queda, o país terá de se ajustar aos efeitos do relaxamento fiscal associado às eleições de 2009, assim como às tendências de altas de preços que decorrerão do fim da suspensão do IPI. “Dentre deste cenário, que não é improvável, a margem de manobra para o Banco Central reduzir juros ficaria menor”.

PREÇOS DE COMMODITIES E TAXA DE CÂMBIO
ILUSTRAÇÃO 15 (2000 = 100)



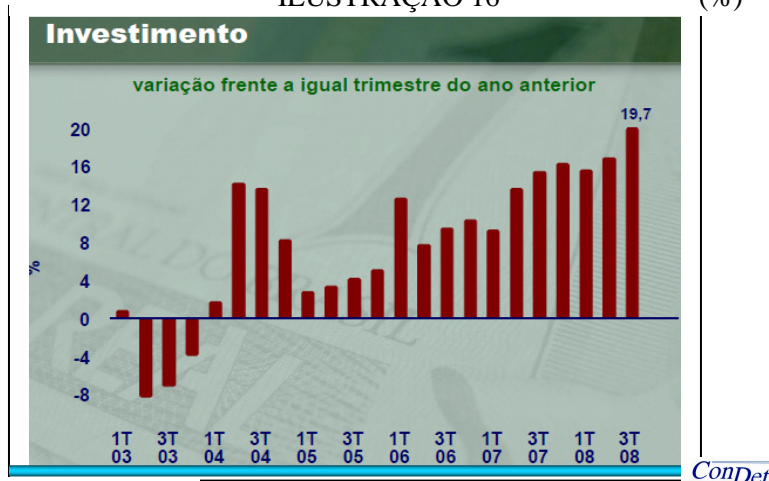
6.3. Estimulação do Desenvolvimento

Como resultado da atual crise internacional, encontra-se nitidamente prejudicado o alcance das metas para 2010 - de expansão de investimentos em P&D e em produção, assim como de aumento da participação brasileira, no comércio mundial – previstas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 12/05/08, e que chegou a ser estruturada em um conjunto de mudanças regulatórias.

Destacam-se, dentre as medidas propugnadas na PDP, a suspensão da cobrança de IPI incidentes em peças e materiais de embarcações, a redução de prazos para aproveitamento de créditos de PIS e Cofins, a introdução de modificações na sistemática da depreciação acelerada, o drawback integrado, bem como o aumento do volume de capital destinado às empresas pelo BNDES, de R\$ 64,9 bilhões em 2007, para R\$ 90,8 bilhões, em 2008.

Dentre as metas anunciadas, a ampliação da taxa de investimento para 21% do PIB, em 2010, encontra-se praticamente afastada. Na realidade, com o aquecimento econômico de 2008, a referida taxa alcançou 20,4% ao fim do terceiro trimestre e 19,0%, naquele ano como um todo, decaindo nos primeiros meses de 2009. Por sua vez, a meta de expandir a participação das exportações brasileiras para 1,25% do comércio internacional foi alcançada devido à queda das exportações mundiais, enquanto a previsão de exportações em valor de US\$ 210 bilhões, em 2009, já se encontra revisada para US\$ 160 bilhões, ou seja, 20% inferior a 2008.

TAXA TRIMESTRAL DE INVESTIMENTOS (FBCF/ PIB)
ILUSTRAÇÃO 16 (%)



Da análise do atual contexto sócio-econômico do país, sobressaem algumas questões que se encontram em sensível mutação e que deverão condicionar as tendências de desenvolvimento do país:

a) Bônus populacional: Avaliações recentes de economistas, sociólogos, geógrafos e outros que analisam os efeitos combinados da queda das taxas de natalidade e de mortalidade; do aumento da proporção de adultos em idade produtiva e da participação feminina no mercado de trabalho; da redução do número de filhos por família e de pessoas por domicílio - apontam a ocorrência de um fenômeno relativamente simples e amplo: a transformação demográfica do país com importantes repercussões sócio-econômicas. Em sua edição de 03 de maio de 2009, o jornal Valor Econômico assinala que o denominado “bônus demográfico” começa a ser levado em conta nas políticas públicas.

- Com a continuada redução de sua taxa de expansão demográfica e com a mudança, em perspectiva, de sua estrutura demográfica, a população do país tende a se tornar mais velha, com mais experiência, maior produtividade e renda mais acentuada, num processo que pode perdurar por meio século.
- Na constatação de Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, “há uma nova dinâmica, que pode produzir um círculo virtuoso de crescimento”. A matéria do Valor Econômico assinala também que estudo do Banco Mundial caracterizou uma nítida correlação entre o vigoroso crescimento dos denominados “tigres asiáticos”, entre as décadas de 1960 e 1990, com os efeitos positivos do bônus demográfico ocorrido naqueles países.
- Cumpre, entretanto, assinalar que a mudança populacional não cria prosperidade sem que seja acompanhada de um contexto sócio-econômico favorável.” Cabe também ressaltar que, apesar de seu caráter virtuoso, aos benefícios relacionados ao referido fenômeno, associam-se custos ocultos já que, em poucas décadas, o processo criará uma proporção de idosos dependentes tão onerosa para a sociedade, quanto a de crianças e adolescentes do passado.

b) Atratividade de Investimentos: Apesar dos inexoráveis efeitos da atual crise internacional, o Brasil deverá seguir na sua atual trajetória virtuosa de melhoria de sua atratividade a investimentos, determinada, principalmente, pelo gradual amadurecimento da democracia, pela estabilização da economia e conseqüentes reformas que vêm sendo empreendidas ao longo dos últimos 15 anos. A atual atratividade do país a investimentos estrangeiros fica também evidenciada pela concessão do grau de investimento ao Brasil, pelas agências Standard & Poor’s e Fitch, bem como pelos rumores de que a Moody’s, (maior classificadora de riscos do mundo) também o fará.

c) A Questão Previdenciária: Segundo o economista Fábio Giambiagi, nas décadas de 70 e de 80, o número de pessoas aposentadas por tempo de contribuição (ATC) cresceu à taxa de 8% a.a.. A reforma previdenciária aprovada no final da década de 90, consistiu, essencialmente, na adoção do fator previdenciário como meio de redução do fluxo de aposentadorias precoces. Nas duas décadas anteriores à citada reforma, as ATCs cresceram intensamente devido à combinação do fator demográfico com a leniência da legislação, que permitia aposentadoria integral, para pessoas até mesmo com idade inferior a 45 anos. De fato, se analisado o fluxo de novas aposentadorias concedidas na segunda metade dos anos 90, ver-se-á que 58% do total de aposentados possuía menos de 50 anos. Já na década atual, o número de ATCs passou a crescer a uma taxa de 3% a.a. Apesar desta significativa redução, verifica-se que o fluxo de ATCs volta a crescer (2,4%, em 2006, 4,0%, em 2007 e 4,4%, em 2008). Verifica-se também que o Brasil continua sendo o país onde as pessoas que se aposentam por tempo de

contribuição o fazem mais cedo, comparativamente ao resto do mundo. Como exemplo, 62% das pessoas que se aposentaram, no meio urbano, em 2007, possuíam menos de 55 anos. No caso das mulheres, tal relação é ainda maior, naquele ano: 77%, com menos de 55 anos e 36%, com idade inferior a 50 anos.

d) Capital Estrangeiro: Nos últimos 40 anos o Brasil tem sido uma das destinações preferenciais para investimentos diretos, por parte de capitais estrangeiros. Entre 1971 e 1980, o Brasil atraiu cerca de 6% do total de investimentos diretos internacionais realizados no mundo, caindo para 4,2%, no período 1980-85, e para 1,1%, no período 1986-90. Verifica-se nos últimos 15 anos uma notável reversão desse indicador. Em 1993, cerca de US\$ 1 bilhão de investimentos diretos externos foram consignados no país, ascendendo para US\$ 2,3 bilhões, em 1994, para US\$ 4,8 bilhões, em 1995, US\$ 10 bilhões, em 1996, US\$ 17 bilhões, em 1997 e cerca de US\$ 20 bilhões, em 1998. Em 2007, o ingresso de IED foi de US\$ 35 bilhões (2,59% do PIB) e em 2008, de US\$ 45 bilhões (2,8% do PIB), o mais elevado na série história, apurada a partir de 1947.

e) Medidas Anti-cíclicas: Embora, pela primeira vez, o Brasil esteja enfrentando uma crise global com espaço para políticas fiscais e monetárias anti-cíclicas, as medidas adotadas até aqui, são consideradas suficientes para fazer a economia crescer 4%, no último trimestre de 2009, comparativamente a igual período de 2008. Segundo o BCB e o MFAZ, há espaço fiscal, para novas medidas anti-cíclicas, devido à redução da meta de superávit primário do setor público, de 3,8%, para 2,5% do PIB. Existe ainda a poupança de 0,5% do PIB que se encontra separada em fundo soberano. Dentre as medidas que direta ou indiretamente subsidiam a atual política fiscal anti-cíclica, cabe destacar:

- Redução do IPI sobre automóveis, liberação do compulsório, linhas de crédito destinadas a irrigar os bancos médios e redução dos juros. Assinale-se que os efeitos do corte de juros, sobre a economia, ocorrem com defasagem entre 3 e 6 meses.
- Geração de ganhos expressivos de renda, com o corte de R\$ 5 bilhões, no imposto de renda e com a manutenção da política de reajuste do salário mínimo, que representa uma injeção de R\$ 21 milhões na economia.
- Os efeitos do programa “Minha Casa, Minha Vida” deverão chegar à economia real a partir do último trimestre deste ano, ajudando a alavancar os investimentos na economia.

f) Sistema BNDES: Em entrevista ao VE, em 04/05/09, Luciano Coutinho assinalou os quatro pilares que na sua opinião marcam a diferença do Brasil com relação ao resto do mundo: o mercado interno, os investimentos em infra-estrutura, a cadeia do petróleo e gás e a construção residencial. Ressaltou que o estoque de projetos enquadrados no BNDES soma R\$ 146 bilhões, sem contar os R\$ 25 bilhões já reservados para a Petrobrás. As demandas mais significativas são das áreas de energia elétrica, telecomunicações e construção. Em 2008, o BNDES desembolsou R\$ 90,8 bilhões, contribuindo com 13,3% da FBCF. Em 2009, este percentual deve crescer. Ainda segundo Coutinho, as empresas voltadas para a exportação terão uma recuperação mais lenta, mas mesmo assim segmentos como siderurgia, papel e celulose e mineração, fortemente atingidos pela recessão mundial, terão a oportunidade de sair na frente de concorrentes do resto do mundo. Para ele, até o fim do ano, o país estará crescendo a um ritmo anualizado entre 3% e 4%.

g) Efeitos da Crise: A crise financeira internacional interrompeu um ciclo de crescimento econômico que vinha se delineando no país.

- Recente pesquisa Focus, do BCB, evidencia uma posição de consenso em torno de uma queda de 0,5% no PIB de 2009, sendo esperado um aumento do desemprego de 7,9%, em 2008, para 8,5% a 8,8%, em 2009.

- Em dezembro de 2008, a produção industrial brasileira despencou 19%, em relação ao setembro pré-crise. O primeiro trimestre de 2009, foi de lenta recuperação.
- O setor automotivo, que vendeu 200 mil carros a mais no primeiro trimestre, trabalha com uma previsão de 7% de queda na produção de 2009, devido à redução de 45% nas exportações.
- A CVRD estima produzir 25% a menos neste ano, em relação a 2008.
- Na siderurgia, os investimentos que poderiam dobrar a capacidade de 41 milhões tpa, ficarão comprometidos, segundo o IBS.

h) Perspectivas de Recuperação da Economia Brasileira:

- No Brasil, que emerge lentamente da crise iniciada com a quebra do Lehman Brothers, os setores voltados ao mercado interno e aqueles ancorados na exportação seguem trajetórias distintas.
- As perspectivas sombrias para a agricultura se dissiparam depois do primeiro trimestre, ajudadas pelo anúncio de um crédito rural de R\$ 100 bilhões, para a próxima safra, valor 28% superior ao anterior.
- Segundo Bracher, do Itaú BBA, neste momento, ineficiência do país – como os elevados depósitos compulsórios e as altas taxas de juros – viraram virtudes por que deram espaço para a ação de política monetária, uma margem de manobra que falta a países com juros muito próximos de zero.
- Para o presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia, na área de infraestrutura os empresários também vêm, na crise, uma oportunidade de ganhar tempo para corrigir ineficiências. Ao assinalar que em energia, transporte e operações portuárias, a demanda cresce a velocidade superior à capacidade de oferta, afirma ser "este um ano para construir uma base sólida de infraestrutura para sairmos da crise".

7. Perspectivas para o Período 2010 – 2030

Tendo por referência o conhecimento reunido nas unidades anteriores do presente relatório, especificamente no que se refere à análise de evolução e comportamento dos indicadores econômicos e sociais do país, assim como de correspondente contexto atual, o presente capítulo busca indicar as tendências de comportamento futuro e os cenários previsíveis de projeção dos indicadores macroeconômicos selecionados.

Além das tendências caracterizadas no item 7.1, a análise de cenários encontra-se fundamentada nos seguintes pressupostos:

- **Estilo de Desenvolvimento:** A dimensão das oportunidades existentes e o desafio das ameaças detectadas, passarão a exigir progressivos aprimoramentos do sistema de promoção e gestão do desenvolvimento de forma a torná-lo mais dinâmico, arrojado e inovador. Conseqüentemente, o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, tenderá a ser reforçado.
- **Estruturação de Arranjos Produtivos (*Clusters*):** Em todo o mundo, as novas formas de atuação do Estado na promoção de políticas industriais, vêm se voltando não mais para a empresa individual, mas para a relação entre as empresas e destas com as demais entidades promotoras e estimuladoras de desenvolvimento (ex.: universidades, escolas técnicas, federações de indústrias, sindicatos, órgãos governamentais reguladores e de fomento, etc.), geradoras de sinergias coletivas e potencializadoras da geração de valor social.

- **Abordagem Sistêmica:** Os segmentos de produção e os recortes regionais que sejam priorizados para efeito de promoção e estimulação do desenvolvimento, deverão ser abordados de forma sistêmica, enfatizando processos de articulação, de cooperação e de integração que assegurem maior eficácia, produtividade e competitividade do sistema como um todo. A abordagem sistêmica aqui referida deverá ser sustentada pelos seguintes pré-supostos:
 - a estabilização é porta de entrada para o processo de crescimento organizado e sustentável;
 - reformas: tributária, previdenciária, fiscal e financeira;
 - recuperação das bases de financiamento, planejamento e implementação de investimentos em infra-estruturas, com participação ativa do setor privado; e
 - desenvolvimento de meios e modalidades de crédito e financiamento a longo prazo, em condições favoráveis ao investimento produtivo.

7.1. Tendências Percebidas

As grandes tendências que conformam as visões dos cenários considerados, encontram-se a seguir assinaladas:

7.1.1. Panorama Internacional

Admite-se que o quadro mundial continue evoluindo para uma solução de equilíbrio tripolar, sem rupturas dos grandes entendimentos e com a preservação das principais instituições que conformam as atuais relações multilaterais. A reafirmação da Europa e da China como pólos de poder e a expansão do papel das economias emergentes, no contexto mundial, representam as principais matizes da presente análise prospectiva.

Neste contexto, são também previsíveis a manutenção e aprofundamento do atual processo de reestruturação e expansão de mercados, segundo um modelo de globalização progressivamente ajustado, embora de competição cada vez mais intensiva. Os entendimentos relativos a estímulos e obstáculos ao livre comércio deverão exigir negociações cada vez mais acentuadas.

Com crescimento progressivo da participação de países emergentes nos fluxos internacionais de investimento, produção e consumo, o processo que já vinha se evidenciando ao longo das últimas duas décadas, de deslocamento de mercados, deverá ser intensificado.

Além das clivagens leste/ oeste, norte/ sul, ou industrializados/ emergentes, após a eclosão da atual crise, a nova geografia econômica mundial passará a destacar a dicotomia **países que consomem mais do que produzem** (importam muito e têm déficit nas contas externas) X **países que produzem mais do que consomem** (exportam muito e têm superávit nas contas externas).

No primeiro caso destaca-se os EUA (déficit em contas externas de US\$ 673 bilhões, ou o equivalente a 4,73% do PIB) e a Espanha (déficit de US\$ 154 bilhões, ou de 9,56% do PIB). No segundo caso, destacam-se a China (superávit de US\$ 440 bilhões, equivalente a 10% do PIB) e a Alemanha (superávit de US\$ 235 bilhões, ou de 6,42% do PIB)

Em sintonia com as tendências retro-assinaladas, admite-se, para o PIB mundial, um crescimento à taxa média de 2,5% a.a., sendo de 1,5% a.a., para as economias centrais e de 4,5% a.a., para os países emergentes. Por outro, para o comércio mundial, é admitido um crescimento à taxa média de 4% a.a., sendo 3% a.a., para as economias centrais e de 6% a.a., para os países emergentes.

7.1.2. Panorama Nacional

É admitido um cenário mais provável de retomada do desenvolvimento, com fundamento no progressivo amadurecimento da democracia e do processo político, no aprofundamento da estabilização da economia, e na complementação das reformas institucionais. O novo ciclo deverá ser marcado pela ênfase na integração e fortalecimento das cadeias produtivas, destacando, de um lado, as grandes vocações fisiográficas do país, sobretudo nas áreas de agronegócios, mineralnegócios e energia renovável e, de outro, as cadeias industriais e de serviços relacionadas aos setores aeroespacial, automobilístico, biotecnologia, eletro-eletrônico, metal-mecânico, naval, petroquímicos, dentre outros.

O mercado interno deverá continuar sendo estimulado por demandas intensificadas pela recuperação de capacidade aquisitiva, sendo esta determinada não apenas pelo aumento e redistribuição da renda, como também por mudanças de posicionamento e de percepções dos consumidores, no que se refere à maior confiança e melhor previsibilidade com relação ao futuro.

Ao assinalar o papel do mercado interno como estimulador de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, cabe destacar o ECIB - Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (Coutinho, 1994) – importante trabalho de larga repercussão na estimulação de políticas públicas – o qual já propugnava pela ênfase na reativação e dinamização do mercado interno, o qual deveria ser considerado como alavanca para o fortalecimento da competitividade da indústria brasileira. Portanto, o ECIB já percebia a dimensão do mercado interno brasileiro como a principal vantagem competitiva da indústria nacional.

Ainda no cenário mais provável, prevê-se a melhoria gradual dos indicadores sociais, sobretudo no que se refere a educação, saneamento, habitação, saúde e distribuição de renda, assim como a intensificação dos investimentos em P&D e inovação.

É também admitido o adensamento das cadeias produtivas com eliminação de gaps de eficiência e obtenção de produtos de maior valor agregado

7.1.3. Panorama Regional

Sintonizados com as tendências mundiais e impulsionados pelos estímulos de âmbito nacional, diferentes segmentos econômicos e sociais deverão continuar contando com fortes estimulações de caráter regional.

Tais estímulos deverão ser determinados, por um lado, pela desconcentração da população e da renda e pela consolidação de municípios de médio e grande porte situados fora das regiões metropolitanas e no interior do país. Por outro lado, tal processo de *desconcentração concentrada*, conforme já caracterizado anteriormente, será também impulsionado pelas melhorias admitidas nas infraestruturas de transporte, energia e de informações e comunicações.

Tais transformações tenderão a dinamizar os pólos de produção atuais e a gerar novos centros econômicos estruturados segundo novos conceitos no que se refere aos sistemas de organização da produção, assim como de geração e difusão de informação, conhecimento, aprendizado e inovação (ICAI). Em sintonia com princípios que fundamentam o processo de desenvolvimento regional sustentável, é também admitida uma maior ênfase na incorporação de tecnologias e na agregação de valor ao produto, no domínio territorial em que seja produzido.

Admite-se ainda que uma nova dinâmica de desenvolvimento regional deverá também ser apoiada pelo aprimoramento de metodologias e competências relacionadas aos processos de planejamento do desenvolvimento urbano e regional, com ênfase em ordenamento do território e na gestão da sustentabilidade.

7.2. Visão de Cenários: Projeção de Indicadores Macroeconômicos Nacionais

Com base nos pressupostos e em sintonia com as tendências anteriormente assinaladas, a projeção da economia brasileira no horizonte 2010 a 2030, encontra-se apresentada segundo três cenários:

Cenário	Denominação	Caracterização
1	Frágil	Instabilidade e Retrocesso
2	Vigoroso	Estabilidade e Reformas
3	Inovador	Estabilidade, reformas e inovação

O Cenário 1 pressupõe que, com a reversão dos seus atuais condicionamentos sócio-políticos e com a desestabilização de seu contexto fiscal e monetário, o país venha a regredir no processo de estabilização de sua economia, concomitantemente a retrocessos no plano externo, com deterioração do atual contexto de integração competitiva à economia internacional.

O Cenário 2 pressupõe a manutenção e o aperfeiçoamento das atuais condições de estabilidade e de aprofundamento das reformas político-institucionais, especialmente nos campos da gestão pública (reforma administrativa), fiscal (reforma tributária), e da previdência social (reforma previdenciária), além das concessões de serviços de infra-estrutura (saneamento, energia, portos e transporte rodoviário, fluvial e marítimo).

O Cenário 3 admite um condicionamento ainda mais virtuoso, no qual – além da aperfeiçoamento da estabilização e do aprofundamento das reformas institucionais - o país empreende uma vigorosa mobilização nacional pela inovação, contando com uma ampla participação de instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e sociedade como um todo. Admite-se que tal processo de mobilização seja focado em planos e programas direcionados para uma ampla geração e difusão de informação, conhecimento e aprendizado, como estímulo a projetos específicos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. .

Segundo os cenários retro-assinalados, encontram-se a seguir apresentadas as projeções de indicadores selecionados, para o horizonte 2010 a 2030.

7.2.1. Indicadores Econômicos

O Quadro 19 apresenta as projeções de indicadores econômicos, sugerindo os seguintes comentários:

Cenário 1: Prevê uma modesta expansão do PIB, à taxa de 2,8% a.a., de 2010 a 2015, 2,5% a.a., de 2015 a 2020 e de 2,0% a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 2,3% a.a., no período 2010 a 2030, como um todo. A taxa de investimento que vinha ascendendo nos últimos anos, passa a decrescer para atingir o patamar de 14,5% do PIB, no período 2020 a 2030. Verifica-se também, neste cenário, um agravamento dos demais indicadores econômicos em análise.

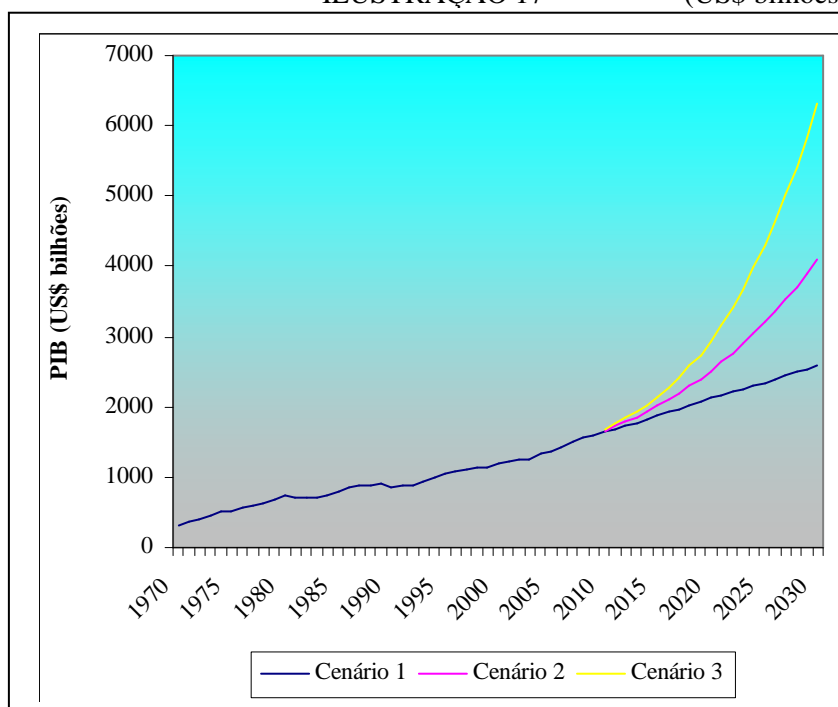
Cenário 2: Consiste, aproximadamente na continuidade do contexto que vinha sendo observado anteriormente à crise deflagrada a partir de setembro/ 2008. Pressupõe, portanto, que com a superação da crise, o ciclo de desenvolvimento sustentável se instala a partir de 2010, com o PIB brasileiro se expandindo à taxa de 4,0% a.a., de 2010 a 2015, 4,5% a.a., de 2015 a 2020 e de 5,0% a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 4,6% a.a., no período 2010 a 2030, como um

todo. A taxa de investimento prossegue na sua trajetória de crescimento, para atingir o patamar de 24,0% do PIB, no período 2020 a 2030. Verifica-se também, neste cenário, a progressiva melhoria dos demais indicadores econômicos em análise.

Cenário 3: Prevê uma contexto ainda mais virtuoso condicionado por uma ampla e exitosa mobilização nacional de estímulo à inovação. Como consequência, o ciclo de desenvolvimento sustentável se dará com o crescimento mais robusto do PIB, à taxa de 5,0% a.a., de 2010 a 2015, 6,5% a.a., de 2015 a 2020 e de 8,0% a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 6,9% a.a., no período 2010 a 2030, como um todo. Em trajetória de crescimento ainda mais acentuada, a taxa de investimento atinge, no período 2020 a 2030, o patamar de 25,0% do PIB. Verifica-se também, neste cenário, uma substancial melhoria dos demais indicadores econômicos em análise.

A Ilustração 17 apresenta a representação gráfica dos 3 cenários de projeção do PIB brasileiro.

PROJEÇÃO DO PIB SEGUNDO TRES CENÁRIOS
ILUSTRAÇÃO 17 (US\$ bilhões)



Fonte: ConDet

ConDet

CENÁRIOS PARA O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA
PROJEÇÕES DE INDICADORES ECONÔMICOS (2010 a 2030)

QUADRO 19

Indicadores Econômicos	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Frágil	Vigoroso	Inovador
	Instabilidade e Retrocesso	Estabilidade e Reformas	Estabil., Reformas e Inovação
PIB - Produto Interno Bruto (% a.a.)	2,3	4,6	6,9
- Período 2010 a 2015	2,8	4,0	5,0
- Período 2015 a 2020	2,5	4,5	6,5
- Período 2020 a 2030	2,0	5,0	8,0
Taxa de Investimento: FBCF / PIB (%)	15,6	22,8	24,0
- Período 2010 a 2015	17,5	21,0	22,0
- Período 2015 a 2020	16,0	22,0	24,0
- Período 2020 a 2030	14,5	24,0	25,0
Taxa de Câmbio (R\$ / US\$)	2,7	1,8	1,7
- Período 2010 a 2015	2,20	2,00	1,90
- Período 2015 a 2020	2,60	1,80	1,70
- Período 2020 a 2030	3,00	1,60	1,50
Taxa de Inflação (IPCA) (% a.a.)	9,7	3,4	2,9
- Período 2010 a 2015	6,0	4,0	3,5
- Período 2015 a 2020	9,0	3,5	3,0
- Período 2020 a 2030	12,0	3,0	2,5
Relação Deficit Nominal / PIB (%)	3,3	1,5	1,0
- Período 2010 a 2015	2,2	2,0	1,8
- Período 2015 a 2020	3,0	1,6	1,2
- Período 2020 a 2030	4,0	1,2	0,5
Relação Dívida / PIB (%)	30,3	17,5	13,0
- Período 2010 a 2015	24,0	20,0	18,0
- Período 2015 a 2020	29,0	18,0	14,0
- Período 2020 a 2030	34,0	16,0	10,0
Exportação / PIB (%)	9,5	16,5	18,5
- Período 2010 a 2015	12,0	14,0	16,0
- Período 2015 a 2020	10,0	16,0	18,0
- Período 2020 a 2030	8,0	18,0	20,0
Corrente de comércio do BR / Comércio Com. mundial (%)			
- Período 2010 a 2015	25	30	32
- Período 2015 a 2020	20	32	35
- Período 2020 a 2030	15	35	40

Fonte: ConDet

7.2.2. Indicadores Sociais

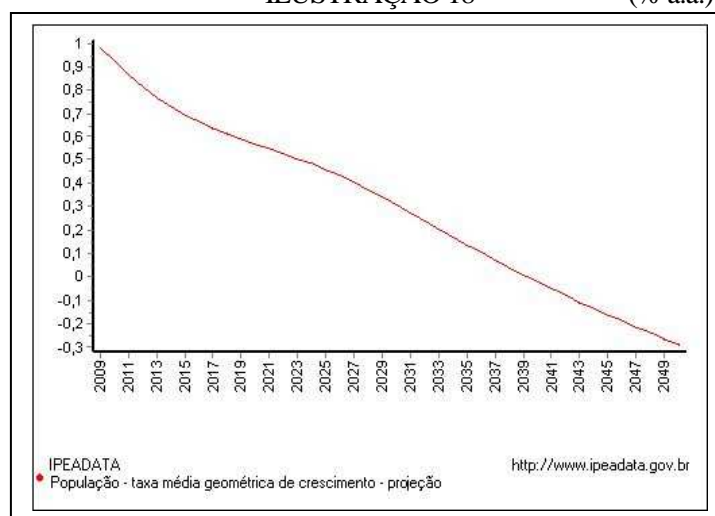
O Quadro 20 apresenta as projeções de indicadores sociais, tendo sido adotada, nos três cenários analisados, a mesma previsão de crescimento da população, de acordo com as taxas médias geométricas projetadas para o período 2008 a 2050, pelo IBGE / Departamento de População e Indicadores Sociais, Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Conforme anteriormente assinalado, a população brasileira que se expandia à taxa média de 3% a.a., nos anos 50, apresenta ritmo declinante nas décadas subsequentes, baixando à média de 2,4% a.a., no período 1970-1980, 2,1% a.a., no período 1980-1990, 1,6% a.a., de 1990 a 2000, e 1,3% a.a., de 2000 a 2008. Para o período 2008 a 2050, o estudo do IBGE prevê que a taxa de crescimento populacional se manterá continuamente decrescente, passando a negativa a partir de 2040. Com base na citada projeção do IBGE, cabe assinalar as seguintes taxas médias de crescimento adotadas nos sub-períodos considerados no presente estudo:

- 2010 a 2015: 0,83% a.a.
- 2015 a 2020: 0,62% a.a.
- 2020 a 2030: 0,44% a.a.

A Ilustração 18, obtida do IPEADATA, evidencia o comportamento projetado pelo IBGE, para a taxa de crescimento populacional.

PROJEÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL
(2008 a 2050)
ILUSTRAÇÃO 18 (% a.a.)



Fonte: IBGE

ConDet

Na projeção do PIB *per capita*, considerou-se a projeção do PIB, conforme evidenciado no Quadro 19, do item anterior e a projeção da população de acordo com as previsões do IBGE.

Cenário 1: Prevê uma modesta expansão do PIB *per capita*, à taxa de 2,0% a.a., de 2010 a 2015, 1,9% a.a., de 2015 a 2020 e de 1,6% a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 1,7% a.a., no período 2010 a 2030, como um todo. O PIB *per capita*, a preços de 2008, será de US\$ 8,5 mil, em 2015, de US\$ 9,4 mil, em 2020, e de US\$ 12,0 mil em 2030. Com relação aos indicadores taxa de desemprego, IDH e GINI, verifica-se um agravamento de respectivos comportamentos.

Cenário 2: Admite a iniciação de um ciclo de desenvolvimento sustentável em 2010, com o PIB *per capita* ascendendo à taxa de 3,2% a.a., de 2010 a 2015, 3,9% a.a., de 2015 a 2020 e de 4,5%

a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 4,0% a.a., no período 2010 a 2030, como um todo. O PIB per capita, a preços de 2008, será de US\$ 8,6 mil, em 2015, de US\$ 10,0 mil, em 2020, e de US\$ 18,9 mil em 2030. Com relação aos indicadores taxa de desemprego, IDH e GINI, verifica-se uma progressiva melhoria de respectivos comportamentos.

Cenário 3: No contexto de uma ampla mobilização de estímulo à inovação, o ciclo de desenvolvimento sustentável se manifesta mais robusto, com o PIB per capita, ascendendo à taxa de 4,2% a.a., de 2010 a 2015, 5,8% a.a., de 2015 a 2020 e de 7,5% a.a., de 2020 a 2030, ou o correspondente a 6,3% a.a., no período 2010 a 2030, como um todo. O PIB per capita, a preços de 2008, será de US\$ 8,6 mil, em 2015, de US\$ 10,6 mil, em 2020, e de US\$ 29,2 mil em 2030. Com relação aos indicadores taxa de desemprego, IDH e GINI, verifica-se uma substancial melhoria de respectivos comportamentos.

CENÁRIOS PARA O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA
PROJEÇÕES DE INDICADORES SOCIAIS (2010 a 2030)

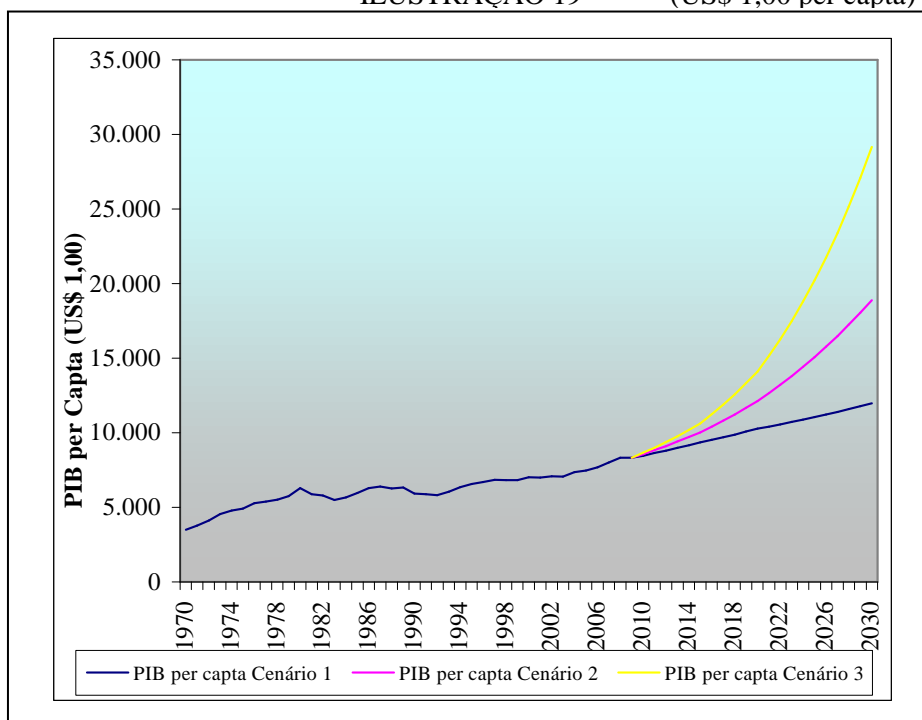
QUADRO 20

Indicadores Sociais	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Frágil	Vigoroso	Inovador
	Instabilidade e Retrocesso	Estabilidade e Reformas	Estabil., Reformas e Inovação
População (% a.a.)	0,63	0,63	0,63
- Período 2010 a 2015	0,83	0,83	0,83
- Período 2015 a 2020	0,62	0,62	0,62
- Período 2020 a 2030	0,44	0,44	0,44
PIB per capita (% a.a.)	1,7	4,0	6,3
- Período 2010 a 2015	2,0	3,2	4,2
- Período 2015 a 2020	1,9	3,9	5,8
- Período 2020 a 2030	1,6	4,5	7,5
PEA (% a.a.)	0,7	0,7	0,7
- Período 2010 a 2015	1,0	1,0	1,0
- Período 2015 a 2020	0,7	0,7	0,7
- Período 2020 a 2030	0,5	0,5	0,5
Taxa de Desemprego (%)	11,5	6,8	5,8
- Período 2010 a 2015	9,0	8,0	7,0
- Período 2015 a 2020	11,0	7,0	6,0
- Período 2020 a 2030	13,0	6,0	5,0
IDH	0,79	0,85	0,88
- Período 2010 a 2015	0,83	0,82	0,84
- Período 2015 a 2020	0,80	0,84	0,87
- Período 2020 a 2030	0,77	0,86	0,90
GINI	0,56	0,52	0,50
- Período 2010 a 2015	0,55	0,54	0,53
- Período 2015 a 2020	0,56	0,52	0,51
- Período 2020 a 2030	0,57	0,50	0,48

Fonte: ConDet

A Ilustração 19 apresenta a representação gráfica dos 3 cenários de projeção do PIB per capita brasileiro.

PROJEÇÃO DO PIB PER CAPTA SEGUNDO TRES CENÁRIOS
ILUSTRAÇÃO 19 (US\$ 1,00 per capita)



Fonte: ConDet

ConDet

8. Conclusões Gerais

O desenvolvimento econômico é um processo (fenômeno dinâmico de auto-alimentação) de natureza quantitativa e qualitativa. Compreende o aumento persistente da produtividade da mão de obra da coletividade, a partir de determinadas condições iniciais. Os condicionamentos do processo podem ser modificados, no curso da história, pela ação humana.

Envolve um conjunto de mudanças objetivando um maior bem estar social, em atendimento aos anseios da comunidade. Tendo por objetivo o aprimoramento dos padrões de qualidade de vida, o desenvolvimento exige o estabelecimento de bases de infra-estrutura econômica e social e o fortalecimento das estruturas produtivas, com a finalidade de propiciar a expansão qualitativa e quantitativa da produção, a geração de oportunidades de emprego e a adequada distribuição da renda regional.

Na seleção de ações prioritárias para deflagração do processo de desenvolvimento é necessário estimar o dinamismo esperado em relação ao elenco de oportunidades identificadas. Obviamente, tornam-se prioritárias, para efeito de alocação de recursos e da força de indução governamental, aquelas oportunidades de maior efeito na estimulação do crescimento auto-sustentado da economia.

O conhecimento efetivo das potencialidades, das necessidades de mercados e dos efeitos de cada setor produtivo sobre as condições econômicas e sociais, é que propicia a determinação de prioridades, o estabelecimento de diretrizes e a formulação de estratégias para condução de programas de desenvolvimento.

Cabe assinalar que o processo de desenvolvimento não ocorre de forma espontânea, mas através da ação indutora da sociedade. Detentoras geralmente de estruturas produtivas baseadas

no suprimento de bens primários às regiões mais desenvolvidas, as economias subdesenvolvidas usualmente pouco se beneficiam dos efeitos de encadeamento do processo industrial, que acabam por ocorrer nas áreas mais dinâmicas que atraem e aglutinam os investimentos. Deve-se acrescentar que - devido ao perfil de distribuição de renda gerada em setores primários, assim como à tendência de concentração em estrito número de atividades – as regiões menos dinâmicas acusam elevada dependência externa, em termos de abastecimento de bens de consumo e de produção, resultando em pronunciados vazamentos dos fluxos de renda.

Tendo por referência as conclusões iniciais retro-assinaladas é possível entender que um novo ciclo de desenvolvimento que se delinea para o Brasil, dependerá da elevada capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas focadas na análise e seleção de prioridades regionais e setoriais. Dependerá também da conveniente concepção e implementação de estímulos de elevada capacidade de contribuição, aferida em análises consistentes e aprofundadas de correspondentes benefícios e custos associados.

Conforme assinalado anteriormente, desde a grande depressão dos anos 30, o país empreendeu ciclos de grande transformação, sendo hoje uma das principais economias do mundo, convivendo, entretanto, com sérios desequilíbrios econômicos e acentuadas desigualdades sociais.

No momento, o país reúne excepcionais pré-requisitos que poderão fundamentar um novo ciclo de desenvolvimento. Entretanto, embora tenha melhorado substancialmente o seu clima de investimentos, o Brasil ainda apresenta sérias fragilidades, expressas principalmente nos indicadores dívida pública / PIB, déficit nominal / PIB, consumo de governo / PIB e taxa de investimento.

Visando neutralizar tais fragilidades e assegurar uma definitiva capacidade de alavancar um novo ciclo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, faz-se necessário em primeiro lugar expandir vigorosamente a capacidade de investimentos do país, o que requer necessariamente reduzir os gastos de custeio público e a carga tributária.

É também imperioso reconhecer que o virtuoso desempenho recente da economia brasileira encontra-se em boa parte associado à evolução de sua corrente de comércio, que contempla não apenas a expansão de exportações e de saldos comerciais, que fortalecem o balanço de pagamentos e melhoram o perfil da dívida externa, como também o aumento de importações que subsidiam o controle da inflação e a atualização tecnológica e da posição competitiva do parque industrial brasileiro.

Entretanto, apesar da sensível expansão recente, sob efeito dos estímulos que resultam do processo de estabilização da economia, as exportações brasileiras continuam equivalentes a somente 1,2% das exportações mundiais, revelando uma modesta posição, comparativamente, por exemplo, à Coreia do Sul (2,9%) ou à China (9,1%).

Devido principalmente ao expressivo aumento recente de exportações, assim como de reservas cambiais, a questão da dívida externa deixou de ter a importância expressiva que apresentava ao longo das últimas três décadas. Embora a redução da dívida externa e o significativo aumento de reservas cambiais coloquem o país em posição relativamente confortável, na gestão dos seus indicadores macro-econômicos, o Brasil deve adotar uma posição diligente e previdente de tal forma a se manter preparado para enfrentar as frequentes turbulências da economia mundial.

9. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. *A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CALAES, G.D. “Planejamento do Desenvolvimento”. In: *Economia Mineral do Brasil*. Brasília, 1995, p. 11- 30.

_____. “O Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Mineral Sustentável e Competitivo: Dois Casos de Não Metálicos no Rio de Janeiro”. 299f. Tese de Doutorado. Departamento de Geologia do Instituto de Geociências da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CASSIOLATO, J.E. A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In: *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 164-190.

CONSÓRCIO BRASILIANA. *Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*. Relatório Síntese. Trabalho realizado para o BNDES, Brasília, maio/2000.

COUTINHO, L. G. “Macroeconomic Regimes and Business Strategies: an Alternative Industrial Policy for Brazil in the Wake of the 21st Century”. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Ed.). *Systems of Innovation for Development in the Knowledge Era*. Londres: Edward Elgar, 2003, p. 312-328.

COUTINHO, LUCIANO e FERRAZ, JOÃO CARLOS. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira – ECIB*. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

DEAR, M.; LONG, J. “Community Strategies in Locational Conflict”. In: COX, K. (Ed.) *Urbanization and Conflict in Market Societies*. Chicago: Maaroufa Press, Inc., 1978, p. 113-125.

DNPM (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL). *Economia Mineral do Brasil*. Brasília, 1995. 279 p.

EDQUIST, C. “Systems of Innovation Approaches: Their Emergence and Characteristics”. In: EDQUIST, C. (Ed.). *Systems of Innovation: Technologies, Institutions and Organizations*, Londres: Pinter, 1997, p. 01-35.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

GALBRAITH, J. K. *Desenvolvimento Econômico em Perspectiva*. [S.l.]: Fundo de Cultura, 1962.

HADDAD, P. R. “O Nordeste de Cada Um”. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro. [2004?]

HIRSCHMAN, A. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: [s.n.]. Yale University, 1958.

JOHNSON, B; LUNDVALL, B.A. “Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalize Learning Economy”. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Ed.). *Systems of Innovation for Development in the Knowledge Era*. Londres: Edward Elgar, 2003, Part 5, 3: 141-184.

LASTRES, H.M.M.; FERRAZ, J.C. “Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado”. In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. (Org.) *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 27-57.

LEITE, A.D. “Sempre Pouco ... Sempre Tarde”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro.[1980?]

MEADOW, D. *Limits to Growth*. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MEIRELLES, H. C. , “O Brasil Diante da Crise: Estabilidade e Resistência”, Apresentação em power point, 58 p., Banco Central do Brasil, março/ 09

MEIRELLES, H. C. , “A Crise Internacional e a Reação da Economia Brasileira”, Apresentação em power point, Banco Central do Brasil, 31 p. maio/ 09

MESQUITA, M., “Boletim Regional”, Apresentação em power point, 110 p., Banco Central do Brasil, Banco Central do Brasil, maio/ 09

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972, 3ª ed.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório Anual de Desenvolvimento Humano (RDH)-2004*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em maio/2005.

SACHS, W. “Anatomía Política del Desarrollo Sostenible”. In: *Democracia Viva*, [S.l.]: nov/1997, n. 1, p. 96-117.

SANCHEZ, O.A. “The Ethics of Investing”. Conferência proferida no *Investing in the Americas*. Miami (EUA), 1995.

SILVA, E.B. *Infrastructure for Sustainable Development and Integration of South America*. Rio de Janeiro: CVRD, Bank of America, 1996.

WORLD BANK. *World Development Report*. Washington, 1999/2000. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acessado em março/2005.

Principais Sites Consultados

www.anp.gov.br

www.bcb.gov.br

www.bndes.gov.br

www.fgvdados

www.ibge.gov.br

www.ipeadata.gov.br

www.bls.gov/cpi/#tables